



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(Departamento Técnico e de Produção do Exército / 1946)
DEPARTAMENTO REAL CORPO DE ENGENHEIROS**

**EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nr 021/2013-DEC-SRP
(AQUISIÇÃO DE LICENCIAMENTO DE SOFTWARE)**

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES:

1) O PRESENTE EDITAL E OS ANEXOS PODEM SER OBTIDOS DAS SEGUINTE FORMAS:

- a) POR MEIO DO E-MAIL:** CPL@DEC.EB.MIL.BR
- b) DIRETAMENTO NO DEC, MEDIANTE APRESENTAÇÃO DE CD-R, CD-RW, PEN DRIVE OU OUTRO DISPOSITIVO QUE PERMITA CÓPIA DOS ARQUIVOS;**
- c) POR MEIO DO SITE:** www.comprasnet.gov.br e www.dec.eb.mil.br

2) INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES SOBRE O PRESENTE EDITAL E SEUS ANEXOS PODERÃO SER OBTIDAS JUNTO À SEÇÃO DE LICITAÇÕES (CPL) DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, SITUADO NO QGEX, BLOCO B, 3º PISO, SETOR MILITAR URBANO, BRASÍLIA DF, PELOS TELEFONES (061) 3415-5091 E 3415-4862 E E-MAIL - CPL@DEC.EB.MIL.BR, NO HORÁRIO DAS 09:30 H ÀS 11:30 HORAS E DAS 13:30 ÀS 16:30 HORAS, DE 2ª A 5ª E NO HORÁRIO DE 08:30 ÀS 11:30 HORAS NA SEXTA-FEIRA;**

3) TRATAMENTO DIFERENCIADO PARA ME/EPP/COOPERATIVA.

**Processo Administrativo Nr133/2013 – DEC - SRP
Modalidade de Licitação: PREGÃO ELETRÔNICO
Tipo de Licitação: MENOR PREÇO POR ITEM
Data de abertura da sessão pública: 26 /12/13
Horário: 14:00 horas (horário de Brasília)
Local: www.comprasnet.gov.br**

A UNIÃO, PESSOA JURÍDICA DE DIREITO PÚBLICO INTERNO, por intermédio do Ministério da Defesa/Comando do Exército/**DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO (DEC)**, Organização Militar do Exército Brasileiro, inscrito no CNPJ nº 07.521.315/0001-23, torna público por meio de seu Pregoeiro, designado pelo Boletim Interno Nº 170, de 09 SET 2013, que fará realizar licitação, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **menor preço por item**, com a finalidade de escolher a proposta mais vantajosa para a União e realizar o Registro de Preços para a aquisição de solução de licenciamento e treinamento de uso de softwares, incluindo aquisição de licenças de uso de softwares específicos novas, licenças de atualização de softwares específicos já instalados, serviço de suporte técnico que garanta a atualização constante de

softwares específicos por período determinado de tempo (licenças de subscrição) para ampliação e manutenção do parque de ferramentas tecnológicas necessárias ao desempenho das atividades técnicas finalísticas do Departamento de Engenharia e Construção e suas Organizações Militares Subordinadas. O procedimento licitatório obedecerá a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ao Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamenta a modalidade do Pregão Eletrônico, o Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e suas alterações, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 6204, de 05 de setembro de 2007, o Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010, ao Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei nº 8.666/93, a Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, a IG 12-02 (Instruções Gerais sobre Licitações e Contratos no âmbito do Comando do Exército), Instrução Normativa nº 4/SLTI/MPOG, de 12 de novembro de 2010, a Lei 8.078/90, que trata do Código de Defesa do Consumidor e demais diplomas legais vigentes, bem como as condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

1. DO OBJETO

Constitui objeto do presente Pregão Eletrônico a obtenção da proposta mais vantajosa, com a finalidade de se proceder ao Registro de Preços para aquisição de solução de licenciamento e treinamento de uso de softwares, incluindo aquisição de licenças de uso de softwares específicos novas, licenças de atualização de softwares específicos já instalados, serviço de suporte técnico que garanta a atualização constante de softwares específicos por período determinado de tempo (licenças de subscrição) para ampliação e manutenção do parque de ferramentas tecnológicas necessárias ao desempenho das atividades técnicas finalísticas do Departamento de Engenharia e Construção e suas Organizações Militares Subordinadas.

2. ESCLARECIMENTOS INICIAIS E CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1. PODERÃO PARTICIPAR DESTA PREGÃO AS EMPRESAS QUE:

2.1.1. Atendam às condições deste edital e apresentem os documentos nele exigidos, em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por Cartório de Notas e Ofício competente, ou por servidor da Equipe de Apoio do Pregão, à vista dos originais;

2.1.2. Estejam cadastradas no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, nos termos do Decreto 4.485, de 25 de novembro de 2002;

2.1.3. As empresas não cadastradas no SICAF e que tiverem interesse em participar do presente pregão deverão providenciar o seu cadastramento e sua habilitação junto a qualquer Unidade Cadastradora dos órgãos da Administração Pública, até o terceiro dia útil anterior à data do recebimento das propostas;

2.1.4. Não estejam sob falência, dissoluções, liquidações, consórcios de empresas, e não sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si; e

2.1.5. Não tenham sido declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

2.2. No campo “descrição detalhada do objeto ofertado”, de preenchimento obrigatório do fornecedor, as licitantes deverão lançar o detalhamento completo da solução ofertada, identificando os softwares ofertados, bem como as descrições sucintas dos treinamentos, conforme modelo de proposta comercial constante do Anexo II a este Edital.

2.3. Os licitantes deverão observar os critérios de sustentabilidade previstos no Art. 6º da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, quando couber.

2.4. A linha de fornecimento do licitante vencedor será consultada no SICAF, ocasião em que será verificado se o mesmo está autorizado a comercializar serviços e equipamentos de TI que atendam as especificações constante do Termo de Referência – Anexo I, deste Edital. Se houver necessidade de maiores esclarecimentos, será realizada uma consulta ao Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) e, poderá ser solicitado ao licitante da proposta analisada que envie o Contrato Social da empresa que foi registrado na Junta Comercial do respectivo estado da federação. Se o licitante não possuir a autorização para comercializar os serviços e/ou equipamentos objeto deste certame, terá sua proposta recusada.

3. UNIDADE GERENCIADORA

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO, doravante denominado de Contratante.

4. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

4.1. O Credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico. (§ 1º, Art. 3º do Decreto 5.450/2005), no site: <http://www.comprasnet.gov.br>.

4.2. O Credenciamento do Licitante, dependerá do registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – **SICAF**, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.

4.3. O Credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal do licitante ou seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações referentes ao pregão eletrônico (§ 6º, do Art. 3º, do Decreto 5.450/2005).

4.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema e nem ao DEC, promotor da licitação, a responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros (§ 5º, do Art. 3º, do Decreto 5.450/2005).

5. DO ENVIO DA PROPOSTA DE PREÇOS

5.1. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico **<http://www.comprasnet.gov.br>**, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances. (inc. III, do Art. 13, do Decreto 5.450/2005).

5.2. O licitante deverá acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão. (inc. IV, Art. 13, do Decreto 5.450/2005).

5.3. A participação no pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, no valor global ofertado, **das 13:30 horas do dia 13 de dezembro de 2013 às 13:30 horas do dia 26 de dezembro de 2013**, exclusivamente por meio do sistema eletrônico. (§ 1º, Art. 21, do Decreto 5.450/2005).

5.4. Como requisito para a participação no pregão, o licitante deverá manifestar, em campo próprio do sistema eletrônico, o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

5.5. A Proposta Comercial vencedora, contendo as especificações técnicas detalhadas do objeto ofertado deverá ser enviada em formulário específico, de acordo com Anexo II deste Edital, bem como os demais documentos previstos para habilitação, nos 90 (noventa) minutos seguintes ao encerramento da fase de lances, pelos seguintes meios: digitalizado e assinado via sistema do comprasnet, ou por e-mail cpl@dec.eb.mil.br ou pregoeiro.dec@gmail.com (o(s) arquivo(s) não poderão ser superiores a 3(três) MB), ou via fax (061) 3415-5091. Após a homologação do certame os documentos originais ou cópias, autenticadas por cartório competente, deverão ser apresentados no prazo de até 05 (dois) dias úteis, contendo os seguintes detalhes:

5.5.1.A proposta comercial deverá ser apresentada de acordo com o modelo descrito no Anexo II deste Edital, em original, em papel timbrado da licitante ou identificado com nome/razão social (com o CNPJ), em uma via, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, com todos os valores propostos expressos, obrigatoriamente, em Real;

5.5.2.A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto desta licitação, sem conter alternativas de preço ou qualquer outra condição que induza o julgamento a ter mais de um resultado, sob pena de desclassificação;

5.5.3.A oferta deverá descrever individualmente as soluções de softwares e treinamento,o mais detalhada possível, possibilitando uma melhor análise por parte da equipe de apoio ao pregoeiro, a qual emitirá um parecer a respeito da aceitabilidade da proposta para decisão do pregoeiro quanto à aceitação ou não da aludida proposta.

5.5.4.Consignar a assinatura do responsável pela elaboração da proposta comercial, bem como a identificação do mesmo abaixo da assinatura, informando o CNPJ e a função que o mesmo exerce na organização. A não identificação do nome do responsável abaixo da assinatura não constitui motivo de desclassificação da licitante, contudo esta informação deverá ser fornecida ainda na fase de julgamento da proposta;

5.5.5.Não serão admitidas propostas de licitantes que apresentarem as unidades de fornecimento de materiais e serviços diferentes das estabelecidas neste edital;

5.5.6.A proposta não poderá ter validade inferior a **60 (sessenta)** dias corridos, a contar da data de sua apresentação;

5.5.7. Deverá constar preço unitário por item. Como critério de aceitabilidade das propostas de preços será adotado o menor preço por item, nunca sendo superiores aos valores estipulados nesse EDITAL. Em caso de valor unitário por item ser superior ao valor da administração, a proposta será desclassificada. O preenchimento incorreto dos itens

necessários para o julgamento implicará na desclassificação da Proposta Comercial da licitante;

5.5.8. Declaração expressa de que nos preços estão incluídos todos os impostos, taxas, fretes, seguros, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas, incidentes até a efetiva entrega, instalação e treinamentos constantes da proposta comercial ofertada;

5.5.9. Conter os seguintes dados do licitante: Razão Social, endereço, telefone/Fax, número do CNPJ/MF, Banco, agência, número da conta corrente e praça de pagamento; e

5.5.10. Declaração de conhecimento e concordância com os termos deste Pregão.

5.6. Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

5.7. Serão desclassificadas as propostas que não atendam às exigências do presente Edital e/ou seus anexos, ou que sejam omissas ou apresentem irregularidades, ou defeitos capazes de dificultar o julgamento da proposta comercial.

5.8. A apresentação da proposta implicará na plena aceitação, por parte do proponente, das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

5.9. A licitante que não encaminhar os documentos conforme as orientações constantes do item 5.5 deste Edital será desclassificado.

6. DA ABERTURA DAS PROPOSTAS

A sessão pública deste Pregão Eletrônico será aberta às 14:00h do dia 26 de dezembro de 2013. (horário de Brasília-DF).

7. DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

7.1. Aberta a etapa competitiva, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.2. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observados o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.

7.3. Só serão aceitos os lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

7.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.5. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado que tenha sido apresentado pelos demais licitantes, vedada a identificação do detentor do lance.

7.6. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento, emitido pelo sistema eletrônico aos licitantes. Findo o prazo, automaticamente, será encerrada a recepção de lances.

7.7. Após o fechamento da etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, para que seja iniciada a negociação na busca de um preço justo

8. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

8.1. O Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas de preços e poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o lance de menor valor, com o objetivo de obter o preço justo para a solução apresentada, bem como decidir sobre sua aceitação.

8.2. Após a sessão de lances, analisando a aceitabilidade ou não, o Pregoeiro anunciará o licitante vencedor imediatamente após o encerramento da etapa de lances da sessão pública ou, quando for o caso, após negociação e decisão pelo pregoeiro acerca da aceitação do lance de menor valor.

8.3. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o licitante não atender às exigências de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao edital por um preço justo.

8.4. No caso de desconexão com o pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados. Quando a desconexão persistir por tempo superior a **10 (dez) minutos**, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

8.5. O pregoeiro poderá, caso julgue necessário, solicitar maiores esclarecimentos sobre a composição dos preços unitários propostos, e/ou suspender o certame e fazer uma diligência técnica, na qual será verificada infraestrutura da licitante, bem como o sistema de logística que a mesma empregará para cumprir as cláusulas contratuais, dirimir dúvidas quantos as marcas e modelos ofertados, e visitar uma das instituições que atestou a capacidade técnica

para a licitante vencedora, para checar a correlação dos serviços e equipamentos prestados com os ofertados.

9. DA MICRO EMPRESA E EPP

9.1. Caso as propostas apresentadas por microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta detentora do melhor lance ou valor negociado, será assegurada preferência de contratação, respeitado o seguinte:

9.1.1.A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela detentora do melhor lance ou valor negociado, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto deste Pregão;

9.1.2.Não ocorrendo à contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem anterior, serão convocadas as **licitantes** remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese desta condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

9.1.3.No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nesta condição, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta;

9.1.4.A microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 30 (trinta) minutos após a solicitação do Pregoeiro, sob pena de preclusão;

9.1.5.Na hipótese da não-contratação nos termos previstos nesta condição, o objeto será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame;

9.1.6.O disposto nesta Condição somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte;

9.1.7.O Pregoeiro solicitará documentos que comprovem o enquadramento da licitante na categoria de microempresa ou empresa de pequeno porte, de acordo com o anexo VI.

10. DA PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO

- Decreto nº 7.174, de 12 de maio de 2010.

Art. 3º Além dos requisitos dispostos na legislação vigente, nas aquisições de bens de informática e automação, o instrumento convocatório deverá conter, obrigatoriamente:

I - as normas e especificações técnicas a serem consideradas na licitação;

II - (julgado ilegal pelo TCU, ACÓRDÃO 670/2013-Plenário)

III - exigência contratual de comprovação da origem dos bens importados oferecidos pelos licitantes e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa; e

IV - as ferramentas de aferição de desempenho que serão utilizadas pela administração para medir o desempenho dos bens ofertados, quando for o caso.

Art. 5º. Será assegurado preferência na contratação nos termos do disposto no Art. 3º da Lei 8.248, de 23 de outubro de 1991, para fornecedores de bens e serviços, observada a seguinte ordem:

I - Para bens com tecnologia desenvolvida no País e produzidos de acordo com o Processo Produtivo Básico(PPB) na forma definida pelo Poder Executivo Federal;

II - Bens e serviços com Tecnologia desenvolvida no País; e

III - Bens e serviços produzidos de acordo com o PPB, na forma definida pelo Poder Público Federal.

Parágrafo único. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que atendam ao disposto nos incisos do caput, terão prioridade no exercício do direito de preferência em relação às médias e grandes empresas enquadradas no mesmo inciso.

Art. 6º. Para os efeitos do Decreto 7.174, de 10 de maio de 2010, consideram-se bens e serviços de informática e automação com tecnologia desenvolvida no País aqueles cujo efetivo desenvolvimento local seja comprovado junto ao Ministério da Ciência e Tecnologia, na forma por este regulamentada.

Art. 7º. A comprovação do atendimento ao PPB dos bens de informática e automação ofertados será feita mediante apresentação do documento comprobatório da habilitação à fruição dos incentivos fiscais regulamentados pelo

Decreto 5.906, de 26 de setembro de 2006, ou pelo Decreto 6008, de 29 de dezembro de 2006.

Parágrafo único. A comprovação prevista no **caput** será feita:

I - Eletronicamente, por meio de consulta ao sítio eletrônico do Ministério da Ciência e Tecnologia ou da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA; ou

II - Por documento expedido para esta finalidade pelo Ministério da Ciência e Tecnologia ou pela SUFRAMA, mediante solicitação do licitante.

Art. 8º. O exercício do **DIREITO DE PREFERÊNCIA** disposto neste Decreto, será concedido pelo sistema do Comprasnet após o encerramento da fase de **LANCES**, observando-se os seguintes procedimentos, sucessivamente:

I - **Aplicação das regras** de preferência para as microempresas e empresas de pequeno porte dispostas no Capítulo V da Lei Complementar Nr 123, de 14 de dezembro de 2006, quando for o caso;

II - Aplicação das **regras de preferência previstas no Art. 5º**, com a classificação dos licitantes cujas propostas finais estejam situadas até **10(Dez) POR CENTO** acima da melhor proposta válida, conforme o critério de julgamento, para a comprovação e o exercício do direito de preferência.

III - Convocação dos licitantes classificados que estejam enquadrados no **Inciso I do Art. 5º** do Decreto nº 7174, de 12 de maio de 2010, na ordem de classificação, para que possam oferecer nova proposta ou novo lance para **IGUALAR OU SUPERAR** a melhor proposta válida, caso em que será declarado vencedor do certame;

IV - Caso a preferência não seja exercida na forma do inciso III, por qualquer motivo, serão convocadas as empresas classificadas que estejam enquadradas no inciso II do Art. 5º do Decreto nº 7174, de 12 de maio de 2010, na ordem de classificação, para a comprovação e o exercício do direito de preferência, aplicando-se a mesma regra para o inciso III do Art. 5º do Decreto nº 7174, de 12 de maio de 2010, caso esse direito não seja exercido; e

V -Caso nenhuma empresa classificada venha a exercer o direito de preferência, observar-se-ão as regras usuais de classificação e julgamento previstas na Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 e na Lei 10.520, de 17 de junho de 2002.

§ 1º.

§ 2º.....

§ 3º. Para o exercício do direito de preferência, os fornecedores dos bens e serviços de informática e automação deverão apresentar, junto com a documentação necessária à habilitação, declaração sob as penas da Lei, que atendam aos requisitos legais para a qualificação como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte (se for o caso), bem como a comprovação de que atendem aos requisitos estabelecidos nos incisos I; II e III do Art. 5º do Decreto nº 7174, de 12 de maio de 2010.

§ 4º. Nas licitações na modalidade de PREGÃO, a declaração a que se refere o § 3º, deverá ser apresentada no momento da apresentação da proposta.

§ 5º.....

Art. 9º. Para contratação de bens e serviços de informática e automação, deverão ser adotados os tipos de licitação MENOR PREÇO ou técnica e preço, conforme disciplinado neste Decreto, ressalvadas as hipóteses de dispensa ou inexigibilidade previstas na legislação.

§ 1º. A licitação do tipo MENOR PREÇO será exclusiva para aquisição de bens e serviços de informática e automação considerados comuns, na forma do parágrafo único do Art. 1º da Lei 10.520, de 2002, e deverá ser realizado na modalidade de PREGÃO, preferencialmente na forma eletrônica, conforme determina o Art. 4º do Dec. nº 5450, de 31 de maio de 2005.

§ 2º. Será considerado comum o bem ou serviço cuja especificação estabelecer padrão objetivo de desempenho e qualidade e for capaz de ser atendida por vários fornecedores, ainda que existam outras soluções disponíveis no mercado.

Art. 12.:

“§ 2º. Consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

§ 3º. Os bens e serviços de informática e automação adquiridos nesta modalidade deverão observar o disposto no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e a regulamentação específica.

11. DA HABILITAÇÃO

11.1.A Habilitação das licitantes será verificada **“On-Line”**, no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – **SICAF**, após o exame da aceitabilidade da proposta, devendo, ainda, a licitante apresentar:

11.1.1. Declaração de Fatos Impeditivos, conforme regulamentação constante da IN nº. 02-SLTI, de 11 Out 10, nos termos do modelo constante do Anexo V deste Edital, assinada por sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante, com o número da identidade do declarante;

11.1.2. Declaração de que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores de idade, Lei Nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, nos termos do modelo constante do Anexo IV deste Edital;

11.1.3. Atestados de Boa e Regular Execução do Objeto (Capacidade Técnica), que deverá ser fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em que conste que a licitante tenha executado, a contento, o objeto da presente licitação, nos termos do modelo constante do Anexo III deste Edital;

11.1.4. Documento do fabricante dos equipamentos ou de distribuidor autorizado, atestando a origem dos equipamentos ofertados, quando for o caso;

11.1.5. Declaração de Elaboração Independente da Proposta;

11.1.6. Declaração para ME/EPP, quando for o caso (Anexo XI);

11.1.7. Declaração de Preferência de Contratação, quando for o caso (Anexo X);

11.1.8. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT (Lei 12.440, de 07 Jul 11);

11.1.9. Apresentar certificações emitidas por instituições públicas ou privadas credenciadas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial - Inmetro, que atestem, conforme regulamentação específica, a adequação dos seguintes requisitos (Dec. 7174, de 12 Mai 10), quando for o caso:

11.1.9.1. Segurança para o usuário e instalações;

11.1.9.2. Compatibilidade eletromagnética; e

11.1.9.3. consumo de energia.

11.1.10 A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores ou igual a 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta on-line, no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Exigível a Longo Prazo}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.1.11. O licitante que apresentar índices econômicos inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui (capital mínimo ou patrimônio líquido) equivalente a 10 % (dez por cento) do valor total estimado da contratação, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais.

11.2. Em hipótese alguma será concedido prazo para a apresentação de documentos de habilitação que não tiverem sido entregues na sessão própria, de modo que a falta de quaisquer documentos implicará a inabilitação da licitante.

11.3. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

11.3.1. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, ou em cópia autenticada por cartório competente, ou publicação em órgão da imprensa oficial ou em cópias simples, desde que acompanhadas dos originais para conferência pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio.

11.3.2. A Empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país deverá apresentar, também, o decreto de autorização ou o ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

12. DA IMPUGNAÇÃO DO ATO CONVOCATÓRIO

12.1. Qualquer pessoa poderá solicitar impugnação do ato convocatório deste Pregão, até 02 (dois) dias úteis antes do término da data fixada para recebimento das propostas. Decairá do

direito de impugnar os termos deste Edital, perante a Administração, os licitantes que não o fizerem até o prazo estipulado.

12.2. Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos ou providências do ato convocatório deste Pregão, até 03 (três) dias úteis antes do término da data fixada para recebimento das propostas. Decairá do direito de esclarecimentos dos termos deste Edital, perante a Administração, os licitantes que não o fizerem até o prazo estipulado.

12.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.

12.4. Acolhida à petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13. DOS RECURSOS

13.1. É admissível impugnação, recurso, representação e pedido de reconsideração dentro das razões e condições definidas nos Art. 41 e 109 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

13.2. Os recursos serão dirigidos à Comissão Permanente de Licitações - CPL, por intermédio do Pregoeiro e realizados exclusivamente no âmbito do sistema eletrônico, em formulários próprios. O licitante deverá atentar-se à abertura do prazo para intenção de recursos, comandado no SISTEMA pelo pregoeiro. Não serão considerados recursos interpostos após o fechamento do prazo.

13.3. O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.

13.4. O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.5. Os autos permanecerão com vista franqueada aos interessados, na Seção de Licitações do DEC, situada no QGEx, Bloco “B”, 3º Piso, SMU – BRASÍLIA-DF.

14. DAS CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1. Os materiais deverão ser entregues no Departamento de Engenharia e Construção, localizado à Av. do Exército, Quartel General do Exército - QGEX, Bloco “B” – 3º Piso, SMU, Brasília - DF

14.2. O recebimento dos materiais far-se-á da seguinte forma:

14.2.1. Provisoriamente, quantitativamente, para posterior comprovação da conformidade do bem com as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) deste Edital;

14.2.2.Definitivamente, pela Comissão de Recebimento e Exame, a ser designada pela Fiscalização, após comprovação da compatibilidade do bem com as especificações constantes do Anexo I (Termo de Referência) do Edital e o seu funcionamento, após a instalação;

14.2.3.Rejeitado, quando os materiais estiverem em desacordo com o estabelecido no Anexo I (Termo de Referência) do Edital ou se os materiais apresentarem falhas de funcionamento e de uso.

14.3.A contratante convocará a licitante vencedora, durante a validade da ATA, para, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, aceitar e retirar a nota de empenho (NE), sob pena de decair o direito ao fornecimento, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81, da Lei 8.666/93. O prazo de convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pela licitante vencedora durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela contratante.

14.4.O prazo de entrega dos materiais deverá ser de no máximo 60 (sessenta) dias corridos, após o recebimento do empenho, pela contratada, e o início da prestação dos serviços deverão ocorrer até 20 (vinte) dias corridos, após o recebimento da ordem de serviço que será fornecida pelo gestor do contrato.

14.5 Os treinamentos serão realizados quando das instalação dos equipamentos e softwares, em datas propostas pela contratada e aprovadas pela contratante.

15. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da aquisição do objeto desta Licitação correrão à conta dos recursos consignados no Orçamento Geral da União, pelo TESOURO NACIONAL, ao Exército Brasileiro – Departamento de Engenharia e Construção, no exercício financeiro de 2014, além das Ações Orçamentárias geridas pelo DEC: cujo montante esteja previsto nos recursos destinados para a Administração Central. Neste contexto, também poderão ser utilizados os recursos provenientes de Destaques Orçamentários e de Convênios, desde que previstos como despesa da Administração Central do DEC. Poderão ser empregadas todas as naturezas de despesas.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta dias) dias corridos, contados da data da aceitação dos itens constantes das notas fiscais, observada a aceitabilidade pela equipe de fiscalização do contrato.

16.2. A liberação do pagamento ficará condicionada à consulta prévia ao SICAF (via ON

LINE), devendo a contratada estar com sua documentação obrigatória válida.

16.3. No caso de incorreção nos documentos apresentados, inclusive na Nota Fiscal/Fatura, serão os mesmos restituídos à adjudicatária para as correções necessárias, não respondendo o DEC por quaisquer encargos resultantes de atrasos nos pagamentos correspondentes.

16.4. A contratada só poderá emitir a nota fiscal após autorização prévia, por escrito, do gestor do contrato.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

17.1. Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada do SICAF ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da mesma Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais penalidades legais, a licitante que:

- a. não retirar a Nota de Empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b. apresentar documentação falsa;
- c. deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;
- d. retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;
- e. não mantiver a proposta; e
- f. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

17.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 3.555/2000, a adjudicatária ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a. advertência;
- b. multa, nas condições estabelecidas neste edital.

17.3. O valor dos juros de mora serão calculados por dia de atraso, contados dia a dia, e aplicados cumulativamente com as multas moratórias e compensatórias, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não

aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença. Para a inexecução total do contrato será aplicada a multa de 60% do valor deste contrato;

17.4.O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo licitante, sem justificativa aceita pelo DEC, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar:

- I. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso.
- II. Após 30 (trinta) dias de atraso, a critério da contratante, será aplicada a Multa de 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, podendo chegar até 30 (trinta) dias de atraso. Findo este novo prazo, a critério da contratante, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente, sem eximir a contratada das penalidades previstas neste edital.
- III. Multa de 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste Edital;
- IV. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;
- V. Advertência;
- VI. Suspensão do direito de contratar com o Contratante por até 2 (dois) anos;
- VII. Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública

17.5. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

- I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
- II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e
- III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

17.6. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente. A contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar nova garantia contratual.

17.7. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal no Departamento de Engenharia e Construção, ou no primeiro dia útil seguinte.

17.8. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

17.9. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

17.10. A aplicação das sanções previstas não exclui a possibilidade da responsabilidade civil do Contratado por eventuais perdas e danos causados à Administração Pública. Nos casos em que houver perdas e danos para a Administração, poderá incidir multa compensatória em favor da Contratante, nos termos do art. 408 do CCB e seguintes, no valor de 100% (cem por cento) do valor do contrato por inexecução total deste.

17.11. A multa aplicada deverá ser recolhida ao Tesouro Nacional por meio de GRU (Guia de Recolhimento da União), no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pelo Contratante.

17.12. O valor da multa, no caso de não recolhimento, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

17.13. A licitante convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução dos serviços e/ou materiais, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá sofrer sanção de impedimento de licitar com a Administração Pública. Poderá ser descredenciada junto ao SICAF, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa.

17.14. Decorridos 60 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da Administração em admitir atraso superior a 60 (sessenta) dias. Neste caso, o atraso não poderá ultrapassar de 15 (quinze) dias corridos, cujo valor da multa diária será igual a multa prevista no nº II do

subitem 17.4 deste Edital.

18. DO TERMO DE CONTRATO

18.1. O licitante vencedor será convocado para assinar o respectivo termo de contrato, dentro do prazo de 5 (cinco) dias contados da notificação pelo DEC, considerado o prazo de validade da ATA. Este prazo poderá ser prorrogado, desde que a justificativa apresentada pela licitante vencedora seja aceita pelo DEC.

18.2. O prazo de vigência do presente contrato será a contar de sua assinatura até 12 meses, podendo ser prorrogado para os serviços de manutenção e suporte, por iguais e sucessivos períodos, em conformidade com o art. 57 da Lei nº 8.666/93, observado o limite máximo de 48 (quarenta e oito) meses e terá sua eficácia iniciada na data da publicação do extrato do contrato no DOU.

18.3. Antes da celebração do contrato, o DEC realizará consulta “ON LINE” ao Sistema de Cadastramento Único de Fornecedores – SICAF, e ao Cadastro Informativo de Créditos não Quitados – CADIN, cujos resultados serão anexados aos autos do processo.

18.4. Após a assinatura, o extrato do contrato será publicado na imprensa oficial, de acordo com o previsto no § único do art. 61 da Lei 8.666/93.

18.5. A contratada deverá emitir um Termo de Confidencialidade de Sigilo, se comprometendo a não divulgar quaisquer informações ou conceder entrevistas, sem a devida autorização prévia. Também deverá entregar um Termo de Confidencialidade de Sigilo assinado pelos funcionários que estiverem envolvidos na elaboração do objeto contratado. O modelo do Termo de Compromisso de Sigilo será constantes dos Anexos XI e XII a este Edital.

18.6. Todos os produtos fornecidos como resultado da execução do projeto serão de propriedade do DEC, aplicando-se as restrições relativas aos direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da solução de tecnologia da informação, conforme regula a lei nº 9.610/98.

18.7. Procedimentos e Critérios de Aceitação:

- Após a execução dos serviços, o Contratante deverá atestar a conclusão dos mesmos e avaliar a qualidade do serviço realizado. Tal aprovação não eximirá a Contratada de suas responsabilidades técnicas, administrativas e fiscais perante a Contratante.
- Em caso de defeitos identificados após o encerramento da Ordem de serviço, a Contratada deverá iniciar as correções no prazo de 5 (cinco) horas após a notificação formal pelo Contratante.

- As prioridades de atendimento serão definidas a partir de orientação do Contratante, levando-se em conta a criticidade de cada demanda.

19. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

19.1. Após a proclamação do resultado da licitação e adjudicação do objeto da licitação pelo Pregoeiro, será efetuado o registro de preços e confeccionado a respectiva **Ata de Registro de Preços**, compromisso a ser firmado entre a licitante vencedora e o Órgão Gerenciador, sendo homologada pela autoridade competente.

19.2. O Fornecedor será convocado para, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da data de recebimento da convocação, assinar a **Ata de Registro de Preços**.

19.3. O prazo para assinatura da **Ata de Registro de Preços** poderá ser prorrogado por igual período, desde que solicitado por escrito e mediante motivo justificado e aceito pela Administração.

19.4. Com a assinatura da **Ata de Registro de Preços**, a empresa que teve o seu preço registrado assume o compromisso de atender durante o prazo de sua vigência, os pedidos realizados, a Nota de Empenho somente será emitida após a realização do pedido.

19.5. A **Ata de Registro de Preços** deverá ser assinada pelo representante legal da empresa vencedora (classificada em primeiro lugar).

19.6. A **Ata de Registro de Preços** é um compromisso de fornecimento firmado pelo licitante vencedor e destina-se a subsidiar o acompanhamento dos preços.

19.7. No caso do fornecedor primeiro classificado, depois de convocado, não comparecer ou se recusar a assinar a **Ata de Registro de Preços**, sem prejuízo das sanções a ele previstas neste Edital, o DEC, registrará os demais licitantes, na ordem de classificação, mantido o preço do primeiro classificado na licitação.

19.8. Em qualquer das hipóteses acima, concluído o processo, o DEC, fará o devido apostilamento na **Ata de Registro de Preços** e informará aos demais fornecedores a nova ordem de registro.

19.9. As licitantes classificadas a partir do 2º lugar poderão aderir ao preço do 1º colocado através de manifestação de vontade por escrito para convocação pelo Inadimplemento do 1º colocado.

19.10. Fica vedada a transferência ou cessão da **Ata de Registro de Preços**.

20. DOS ÓRGÃOS GERENCIADOR E PARTICIPANTES

20.1. O órgão gerenciador será o Departamento de Engenharia e Construção.

20.2. São participantes os seguintes órgãos: não há participantes.

20.3. A ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador, desde que devidamente justificada a vantagem e respeitadas, no que couber, as condições e as regras estabelecidas no Decreto nº 7.892/13, e na Lei nº 8.666/93.

20.4. Os órgãos e entidades que não tenham participado do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

20.5. Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas com o órgão gerenciador e órgãos participantes.

20.6. As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este item não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cem por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório e registrados na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes.

20.7. As adesões à ata de registro de preços serão limitadas, na totalidade, ao quádruplo do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independente do número de órgãos não participantes que eventualmente aderirem, limitado a OM de Engenharia do Exército.

20.8. Ao órgão não participante que aderir a presente ata, compete os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

20.9. Conforme previsto no art.22, §5º do Decreto 7.892/2013, o órgão gerenciador somente autorizará adesão à ata após a primeira aquisição por órgão integrante da ata.

20.10. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição solicitada em até 90 (noventa) dias, devendo observar o prazo de vigência da ata.

21. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de Preços será cancelada:

21.1.Automaticamente, por decurso de prazo de vigência;

21.2.Quando não restarem fornecedores registrados; ou

21.3.Pelo DEC, quando caracterizado o interesse público.

22. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO FORNECEDOR

O fornecedor terá seu registro na Ata cancelado, por intermédio de processo administrativo específico, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

22.1.A pedido, quando:

22.1.1.Comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

22.1.2.O seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexecutável em função da elevação dos preços de mercado dos insumos que compõem o custo do produto.

22.2. Pela Administração, unilateralmente, quando:

22.2.1.A licitante não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

22.2.2.O fornecedor perder qualquer condição de habilitação e qualificação técnica exigida no procedimento licitatório;

22.2.3.Por razões de interesse público, devidamente, motivado e justificado;

22.2.4.O fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços;

22.2.5.O fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos de compra decorrentes da **Ata de Registro de Preços**; e

22.2.6.Caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas na **Ata de Registro de Preços** ou nos pedidos de compra dela decorrentes.

23. DA VALIDADE DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

A Ata de Registro de preços terá a validade de 12(doze) meses, contados a partir da homologação do certame pela Autoridade Competente.

24. DAS OBRIGAÇÕES

24.1. Da Contratada:

24.1.2.Executar os serviços conforme especificado no Termo de Referência, Anexo I a este Edital;

24.1.3.Prestar os esclarecimentos solicitados pelo Contratante;

24.1.4.Guardar sigilo sobre as informações a que tiver acesso em razão dos serviços prestados, respondendo pela inobservância deste item, inclusive após o término do contrato;

24.1.5.Providenciar a assinatura do Termo de Confidencialidade e Sigilo pelos técnicos da Contratada;

24.1.6.Manter durante a vigência contratual as condições de habilitação exigidas neste Edital;

24.1.7.Dar ciência ao Contratante, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;

24.1.8.Corrigir, sem ônus para o Contratante, os defeitos, omissões ou quaisquer irregularidades dos serviços executados, ainda que identificados após o ateste dos serviços pelo Contratante;

24.1.9.Apresentar a relação dos funcionários que irão prestar os serviços para a execução contratual perante o contratante, entre eles um responsável técnico e o preposto, estas duas funções poderão ser acumuladas;

24.1.10.Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, deslocamentos de técnicos, postagem de software e quaisquer outras despesas que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus funcionários, visto que os mesmos não possuem nenhum vínculo empregatício com o Contratante;

24.1.12. Prestar suporte “on site”, caso o chamado não possa ser resolvido por meio eletrônico;

24.1.13.Fornecer documentação técnica detalhada sobre as atualizações do produto;

24.1.14.Prestar informações e orientações necessárias à utilização e ao perfeito funcionamento dos softwares e hardwares instalados;

24.1.15.Refazer serviços quando apresentarem padrões de qualidade inferiores aos definidos neste edital, sem ônus adicionais para o Contratante, nos prazos estabelecidos em contrato, contados a partir da notificação;

24.1.16.Prestar os serviços conforme a quantidade, a qualidade e a pontualidade exigidas neste Edital;

24.1.17. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços contratados;

24.1.18. Enquanto durar o contrato, a contratada terá que disponibilizar atendimento para abertura de chamados de assistência técnica através de discagem direta local para o município de Brasília/DF, 24 horas e 7 dias por semana, ou disponibilizar um serviço de chamada gratuita para chamadas interurbanas, caso a Contratada não disponha de instalação no município de Brasília/DF;

24.1.19. Comprovar a especialização e certificação dos técnicos envolvidos na instalação, com certificados emitidos pelo fabricante da solução ou por entidades credenciadas pelos fabricantes dos equipamentos e/ou softwares propostos;

24.1.20. Possuir atestados de capacidade técnica, em seu nome emitido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando que realizou serviços de instalação e manutenção dos softwares e treinamentos ofertados;

24.1.21. Comprovar que existe em seu quadro de funcionários, na data da assinatura do contrato, profissional detentor de certificado emitido pelo fabricante da ferramenta ofertada, ou por entidades credenciadas pelos fabricantes (sejam hardwares ou softwares);

24.1.22. Enquanto durar o contrato, atender ao pedido de assistência técnica no local dos sistemas e equipamentos instalados na sede do Contratante, 24 (vinte quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana e dar encaminhamento ao problema em até 24 (vinte e quatro) horas do dia seguinte ao da abertura do chamado;

24.1.23. Atender ao pedido de assistência técnica por telefone, fax ou e-mail dos sistemas e equipamentos instalados nas cidades de Brasília durante todo o período de garantia, nos dias úteis (segunda a sexta-feira), no horário comercial (8 às 18 horas) e dar encaminhamento ao problema em até 24 (vinte e quatro) horas do dia seguinte ao da abertura do chamado;

24.1.24. Providenciar, durante o período de vigência de contrato e suas possíveis renovações, atualização e “upgrade” de versão, bem como, patches corretivos para todos os sistemas fornecidos;

24.1.25. Fornecer senha de acesso ao site do fabricante do software, com permissão para o Contratante efetuar download de novas versões e patches.

24.1.26. Indenizar às suas expensas, quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do cumprimento do presente edital;

24.2. Da Contratante:

24.2.1. Efetuar o pagamento do objeto deste contrato nas condições estabelecidas por este instrumento e, após a conferência realizada pela equipe de fiscalização do Contratante, bem

como realizar a retenção dos tributos e impostos, em conformidade com a legislação pertinente;

24.2.2.Efetuar as requisições, de conformidade com a discriminação constante deste edital;

24.2.3.Proporcionar condições necessárias ao fornecimento dos produtos solicitados;

24.2.4.Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada com relação ao objeto desta licitação;

24.2.5.Fiscalizar e acompanhar a execução e a entrega do objeto desta licitação; e

24.2.6.Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

25. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

25.1.O prazo de vigência do presente edital será a contar de sua assinatura até 12 meses, podendo ser prorrogado para os serviços de manutenção e suporte, por iguais e sucessivos períodos, em conformidade com o art. 57 da Lei nº 8.666/93, observado o limite máximo de 48 (quarenta e oito) meses e terá sua eficácia iniciada na data da publicação do extrato do contrato no DOU.

26. DA GARANTIA CONTRATUAL

26.1.A contratada deverá prestar garantia de execução do Contrato de 5%(cinco por cento) até o 5º (quinto) dia útil após a assinatura do contrato, conforme o art 56 da Lei 8.666/93, de seu valor total, em moeda brasileira, com prazo de validade de até 02(dois) meses após o encerramento do contrato, por uma das seguintes modalidades:

26.1.1.Caução em dinheiro, ou título da dívida pública;

26.1.2.Seguro garantia;

26.1.3.Fiança bancária.

26.2. A licitante vencedora deverá apresentar a garantia ao DEC, no ato da assinatura do contrato.

27. DA PUBLICIDADE

O Contratante providenciará a publicação do extrato do contrato no Diário Oficial da União, de acordo com a prescrição contida no art. 61 da Lei 8.666/93 e art. 13 da Instrução Normativa Nr 08, de 4 de dezembro de 1998-MARE.

28. DO FORO

As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. Esta licitação poderá ser revogada por interesse do DEC, em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros, sem que os licitantes tenham direitos a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no Art. 18 do Decreto 3.555/2000.

29.2. Qualquer modificação no presente EDITAL será divulgada pela mesma forma que se divulgou o texto original, reabrindo-se o prazo, inicialmente, estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta.

29.3. Os proponentes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

29.4. Após apresentação da proposta não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Pregoeiro.

29.5. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais.

29.6. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará no afastamento do licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e as exatas compreensões da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.

29.7. Em caso de divergência entre os anexos, Termo de Referência e do Edital, prevaleceram os do Edital em detrimento dos demais.

29.8. Integram este Edital os seguintes anexos:

ANEXO I – Termo de Referência;

ANEXO II – Modelo de Proposta de Preços;

ANEXO III – Modelo de Atestado de Boa e Regular Execução do Objeto (Capacidade Técnica);

ANEXO IV – Modelo de Declaração de Trabalho de Empregados em Condições Excepcionais e de Menor (Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999);

ANEXO V – Modelo de Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo da Habilitação;

ANEXO VI – Modelo de declaração para micro empresa e Empresa de Pequeno Porte de micro e pequena empresa;

ANEXO VII – Modelo da Minuta do Contrato;

ANEXO VIII – Modelo da Minuta da Ata de Registro de Preços;

ANEXO IX – Modelo de Declaração de Elaboração Independente da Proposta;

ANEXO X – Declaração de Preferência de Contratação;

ANEXO XI – Modelo do Termo de Confidencialidade de Sigilo; e

ANEXO XII- Modelo Do Termo De Confidencialidade De Sigilo Funcionários.

Brasília-DF, __ de _____ de 2013.

ROBSON COCINO DA COSTA - Cel
Ordenador de Despesas do DEC



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(Departamento Técnico e de Produção do Exército / 1946)
DEPARTAMENTO REAL CORPO DE ENGENHEIROS

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Constitui objeto do presente Pregão Eletrônico a obtenção da proposta mais vantajosa, com a finalidade de se proceder ao Registro de Preços para aquisição de solução de licenciamento e treinamento de uso de softwares, incluindo aquisição de licenças de uso de softwares específicos novas, licenças de atualização de softwares específicos já instalados, serviço de suporte técnico que garanta a atualização constante de softwares específicos por período determinado de tempo (licenças de subscrição) para ampliação e manutenção do parque de ferramentas tecnológicas necessárias ao desempenho das atividades técnicas finalísticas do Departamento de Engenharia e Construção e suas Organizações Militares Subordinadas.

Os itens envolvidos na contratação estão listados e subdivididos da seguinte forma:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	AUTODESK BUILDING DESIGN SUITE PREMIUM EM REDE – “FULL LICENÇA NOVA”, versão mais atual. INCLUSO SUBSCRIPTION DE 3 ANOS.	115	R\$ 26.222,33	R\$ 3.015.567,95
2	AUTODESK BUILDING DESIGN SUITE PREMIUM EM REDE, versão mais atual – “UPGRADE ATUALIZAÇÃO” FROM LICENÇAS AUTODESK EM REDE. INCLUSO SUBSCRIPTION DE 3 ANOS.	22	R\$ 21.271,66	R\$ 467.976,74
3	AUTODESK BUILDING DESIGN SUITE ULTIMATE EM REDE – “FULL LICENÇA NOVA”, versão mais atual. INCLUSO SUBSCRIPTION 3 ANOS	20	R\$ 39.962,00	R\$ 799.240,00
4	AUTODESK BUILDING DESIGN SUITE PREMIUM EM REDE, versão mais atual – “UPGRADE ATUALIZAÇÃO” FROM LICENÇAS AUTODESK STAND ALONE. INCLUSO SUBSCRIPTION DE 3 ANOS.	16	R\$ 24.080,33	R\$ 385.285,28

5	AUTODESK INFRAESTRUCTURE DESIGN SUITE PREMIUM EM REDE – “FULL LICENÇA NOVA”, versão mais atual. INCLUSO SUBSCRIPTION 3 ANOS.	30	R\$ 25.967,00	R\$ 779.010,00
6	TREINAMENTO PRESENCIAL AUTODESK AUTOCAD, NÍVEL BÁSICO - VERSÃO MAIS ATUAL, POR PESSOA - CARGA HORARIA: 35 HORAS.	30	R\$ 958,33	R\$ 28.749,99
7	TREINAMENTO PRESENCIAL AUTODESK AUTOCAD, NÍVEL INTERMEDIÁRIO - VERSÃO MAIS ATUAL, POR PESSOA - CARGA HORARIA: 35 HORAS.	30	R\$ 1.086,66	R\$ 32.599,99
8	TREINAMENTO PRESENCIAL AUTODESK REVIT ARCHITECTURE, NÍVEL BÁSICO - VERSÃO MAIS ATUAL, POR PESSOA - CARGA HORARIA: 35 HORAS.	30	R\$ 1.204,00	R\$ 36.120,00
9	TREINAMENTO PRESENCIAL AUTODESK REVIT ARCHITECTURE, NÍVEL INTERMEDIÁRIO - VERSÃO MAIS ATUAL, POR PESSOA - CARGA HORARIA: 35 HORAS.	30	R\$ 1.220,66	R\$ 36.619,99
10	TREINAMENTO PRESENCIAL AUTODESK REVIT MEP, NÍVEL BÁSICO - VERSÃO MAIS ATUAL, POR PESSOA - CARGA HORARIA: 35 HORAS.	30	R\$ 1.220,66	R\$ 36.619,99
11	TREINAMENTO PRESENCIAL AUTODESK REVIT STRUCTURE, NÍVEL BÁSICO - VERSÃO MAIS ATUAL, POR PESSOA - CARGA HORARIA: 35 HORAS.	30	R\$ 1.220,66	R\$ 36.619,99
12	TREINAMENTO PRESENCIAL AUTODESK CIVIL 3D, NÍVEL BÁSICO - VERSÃO MAIS ATUAL, POR PESSOA - CARGA HORARIA: 35 HORAS.	30	R\$ 1.220,66	R\$ 36.619,99
13	TREINAMENTO PRESENCIAL AUTODESK CIVIL 3D, NÍVEL INTERMEDIÁRIO - VERSÃO MAIS ATUAL, POR PESSOA - CARGA HORARIA: 35 HORAS.	30	R\$ 1.220,66	R\$ 36.619,99

14	TREINAMENTO PRESENCIAL AUTODESK NAVISWORKS, NIVEL BÁSICO - VERSÃO MAIS ATUAL, POR PESSOA - CARGA HORARIA: 35 HORAS.	30	R\$ 1.086,66	R\$ 32.599,99
15	COREL DRAW GRAPHICS SUITE – “FULL LICENÇA NOVA” – LICENÇA GOVERNAMENTAL, versão mais recente. INCLUSO SUBSCRIPTION 2 ANOS.	45	R\$ 1.672,00	R\$ 75.240,00
16	ADOBE PHOTOSHOP – “FULL LICENÇA NOVA” – LICENÇA GOVERNAMENTAL, versão mais recente.	50	R\$ 2.220,00	R\$ 111.000,00
17	ADOBE ACROBAT PRO – “FULL LICENÇA NOVA” – LICENÇA GOVERNAMENTAL, versão mais recente.	40	R\$ 1.146,66	R\$ 45.866,66
18	MICROSOFT OFFICE PROFESSIONAL, versão mais recente.	30	R\$ 1.478,33	R\$ 44.349,90
19	MICROSOFT PROJECT, versão mais recente.	30	R\$ 4.950,00	R\$ 148.500,00
20	SLOPE / W, versão mais recente.	01	R\$ 23.853,33	R\$ 23.853,33
21	RISK 6 SUITE, , versão mais recente	01	R\$ 7.216,67	R\$ 7.216,67
22	TOPOGRAPH, versão mais recente.	05	R\$ 7.503,33	R\$ 37.516,66
23	SISREG, versão mais recente.	03	R\$ 829,66	R\$ 2.488,99
24	INFER, versão mais recente.	03	R\$ 2.579,33	R\$ 7.737,99
25	SKETCHUP PRO 2013 ou versão mais recente.	20	R\$ 2.345,67	R\$ 46.913,40
26	CAD/TQS PLENA – versão mais recente.	10	R\$ 40.846,00	R\$ 408.460,00
VALOR TOTAL			R\$ 6.719.393,49	

Quadro 1: Composição e descrição dos itens.

Obs: deverá constar preço unitário por item. Como critério de aceitabilidade das propostas de preços será adotado o menor preço por item, nunca sendo superiores aos valores estipulados nesse TR. Em caso de valor unitário por item ser superior ao valor da administração, a proposta será desclassificada. O preenchimento incorreto dos itens necessários para o julgamento implicará na desclassificação da Proposta Comercial da licitante.

Para a correta definição da Solução de Tecnologia da Informação consideramos os seguintes conceitos:

- a) Programa de Computador (ou Software): “É a expressão de um conjunto organizado de instruções em linguagem natural ou codificada, contida em suporte físico de qualquer natureza, de emprego necessário em máquinas automáticas de tratamento da informação, dispositivos, instrumentos ou equipamentos periféricos, baseados em técnica digital ou análoga, para fazê-los funcionar de modo e para fins determinados”, segundo a definição dada pelo artigo 1º da Lei Federal nº 6.609/1998.

- b) Licença de Uso de Programa de Computador: É o contrato pelo qual o proprietário de um determinado software, ou seja, seu desenvolvedor ou Licenciante, ou ainda, aquele que detém seus direitos autorais, concede a outrem o direito de usá-lo por tempo indeterminado (ad perpetum), de forma não exclusiva e segundo determinadas condições.
- c) Licenciado: É aquele usuário que adquire a licença de uso do software, passando a possuir legalmente seu direito de uso segundo as condições contratadas.
- d) Usuário: Qualquer entidade legal, empresa ou um "usuário final" (doméstico).
- e) Licença de Uso de Softwares: Programa de licenciamento especialmente desenvolvido por alguns desenvolvedores de softwares para atender a entidades governamentais, podendo existir benefícios por volume ou condições flexíveis de licenciamento.
- f) Licença Stand-alone: é o tipo de licença de uso de software que tem como objetivo permitir que o produto seja utilizado por uma pessoa em um único computador. Cada licença standalone vem com seu próprio número de série e ID de ativação que desbloqueia o software para uso perpétuo. Licenças stand-alone podem ser transferidas de um computador para outro, mas não podem ser usadas em mais de um computador ao mesmo tempo.
- g) Licenças Simultâneas em Rede (ou licença Network): é o tipo de licença de uso de software que tem como objetivo servir múltiplos usuários, a partir de um servidor de rede ou de um gerenciador de licenças. O software pode ser instalado em um único servidor ou em número ilimitado de computadores-clientes, sendo que a restrição é colocada no número de usuários que podem acessar (ou utilizar) o software ao mesmo tempo, ou seja, simultaneamente. Alguns sistemas de licenciamento em rede permitem “empréstimo”, ou uso temporário de uma licença fora do servidor em rede para um computador-cliente, isso permite usar o software em um computador que esteja fora da rede por um período pré-determinado.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Contexto Geral

O Departamento de Engenharia e Construção (DEC), incumbido de superintender, no âmbito do Exército, as atividades de construção, ampliação, reforma, adaptação, reparação, restauração, conservação, demolição e remoção de instalações, relacionadas a obras militares, controlar o material de sua gestão, e, como centro do Sistema de Obras do Exército (SOM), orienta e conduz tecnicamente as ações das Comissões, Serviços Regionais de Obras (CRO/SRO) e da Diretoria de Obras Militares (DOM), bem como realiza gestões junto às ações referentes a Obras de Cooperação conduzidas pela Diretoria de Obras de Cooperação, às ações atinentes a Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente gerenciadas pela Diretoria de Patrimônio Imobiliário e Meio Ambiente, e às ações da Diretoria de Projetos de Engenharia.

2.2. Situação Atual

O Departamento de Engenharia e Construção não conta atualmente com licenças de uso suficientes em número para atender à crescente demanda do Sistema de Engenharia do

Exército por softwares específicos e já utilizados. Destarte, as licenças do software em uso não estão atualizadas, o que tem provocado dificuldades técnicas na realização de trabalhos e contribuído para a defasagem tecnológica do DEC.

Diante de tais situações o DEC iniciou imediatamente providências para identificar, mapear e quantificar a demanda de licenças de uso necessárias neste momento, visando garantir que o Departamento continue executando suas atribuições a partir do uso dos softwares requeridos. Conforme descrição no quadro abaixo:

ID	DESCRIÇÃO DOS PROBLEMAS A SEREM RESOLVIDOS
1	Número insuficiente de licenças para atender as demandas das unidades com relação às atividades técnicas finalísticas nas áreas de comunicação, projetos de arquitetura e engenharia e nas áreas de fiscalização e acompanhamento de obras.
2	Número insuficiente de licenças para atender às atividades técnicas de modelagem 2D e 3D e às necessidades dos sistemas de informação na área de georreferenciamento.
3	Desatualização tecnológica das licenças de softwares específicos atualmente em uso, provocando dificuldades técnicas e desalinhamento de padrões, formatos e versões. Resultando, inclusive, na perda da qualidade técnica e na queda da produtividade dos trabalhos desenvolvidos pela organização.
4	Inexistência de programa de atualização continuada de softwares específicos, provendo suporte técnico e atualização de versões para receber correções e novas tecnologias desenvolvidas.
5	Aquisição descentralizada de versões Stand-Alone, não planejada e distribuição inadequada de licenças de uso de softwares específicos, resultando em perda do ganho de escala, desordenação da demanda e aplicação inadequada de recursos.

Quadro 2: Descrição de Problemas a serem resolvidos com a Contratação.

2.3. Motivação / Justificativa da contratação

Diante do quadro apresentado anteriormente o quadro a seguir expõe de forma sintetizada as principais razões que motivam a presente contratação:

ID	DESCRIÇÃO DA MOTIVAÇÃO / JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO
1	Dotar o quadro técnico das ferramentas de software necessárias à execução de suas atribuições com nível técnico adequado às suas necessidades, possibilitando melhor produtividade, maior eficiência, maior padronização e alinhamento tecnológico, melhor aproveitamento de conhecimentos técnicos e maior confiabilidade aos trabalhos desenvolvidos.
2	Proporcionar programa de licenciamento de softwares adequado à realidade do Departamento, através de investimento financeiro racionalizado e planejado e proporcionando atualizações tecnológicas contínuas e suporte técnico adequado aos softwares em uso.
3	Proporcionar conformidade legal às normas brasileiras de uso e licenciamento de computador, garantindo a continuidade dos serviços técnicos realizados pelo órgão que sejam suportados em soluções de software protegidas por direitos de propriedade intelectual.
4	Aumentar a quantidade de licenças de software e atualizar as já existentes objetivando atender o aumento de demandas de atividades técnicas.
5	Adequar aos investimentos já realizados no programa de capacitação do quadro técnico nos softwares solicitados.

2.4. Resultados esperados

ID	RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS COM A AQUISIÇÃO
1	Provimento, em número suficiente, de licenças de uso de softwares específicos requeridos para atender as demandas das unidades com relação às atividades técnicas finalísticas nas áreas de projetos de arquitetura e engenharia e nas áreas de fiscalização e acompanhamento de obras; possibilitando melhor produtividade e eficiência aos trabalhos técnicos do órgão.
2	Provimento, em número suficiente, de licenças para atender às atividades técnicas de modelagem 2D e 3D e às necessidades dos sistemas de informação na área de georreferenciamento. Possibilitando integração entre sistemas, melhor aproveitamento de recursos técnicos e ganho de conhecimento geográfico em relação ao patrimônio do Exército.
3	Atualização tecnológica e alinhamento em relação a padrões, formatos, versões e tecnologias comuns para execução das atividades técnicas regimentais do órgão com qualidade e produtividade suficientes.
4	Conformidade legal às normas brasileiras de uso e licenciamento de programas de computador.
5	Provimento de programa de atualização continuada de softwares específicos e de suporte técnico ao seu uso, incluindo atualização de versões e evoluções de segurança.
6	Potencial ganho de escala, capacidade de planejamento, ordenação de demandas e aplicação racionalizada de recursos através da aquisição centralizada e da escolha de formas de licenciamento mais adequadas.
7	Aplicação dos conhecimentos adquiridos com a capacitação nos softwares solicitados, trazendo maior eficiência no desempenho de suas atividades técnicas.

Quadro 3: Descrição dos Resultados esperados com a Contratação

3. FUNDAMENTO LEGAL

A utilização do Sistema de Registro de Preço é adotada, em virtude que as compras poderão ser realizadas parceladamente.

O procedimento licitatório obedecerá a Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, ao Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, que regulamenta a modalidade do Pregão Eletrônico, o Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000 e suas alterações, a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Decreto nº 6.204, de 05 de setembro de 2007, o Decreto 7174, de 12 de maio de 2010, ao Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços previsto no art. 15 da Lei 8.666/93, a Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, aplicando-se, subsidiariamente, as normas da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, a IG 12-02 (Instruções Gerais sobre Licitações e Contratos no âmbito do Comando do Exército), a Lei 8.078/90, que trata do Código de Defesa do Consumidor e demais diplomas legais vigentes, bem como as condições estabelecidas no presente Edital e seus anexos.

Não será aberto o prazo de Intenção de Registro de Preços do Edital do Pregão Nr 021/2013 – CPL/DEC, haja vista esta aquisição de soluções de softwares e treinamento ter por objetivo atender especificidades exclusivas da modelagem de informação construtiva de obras e projetos pertencentes ao Sistema de Obras e Projetos do Exército, a qual compõe-se de sistemas suporte próprios.

4. DA FORMA DE COTAÇÃO

4.1. Modalidade de Licitação e Forma de Julgamento

A licitação será realizada na modalidade Pregão, em sua forma eletrônica, com julgamento pelo critério de “Menor Preço por Item”, para Sistema de Registro de Preços (SRP).

4.2. Volume a ser Registrado e Preço Máximo Admitido

De acordo com a legislação vigente, contratações públicas somente poderão ser realizadas após estimativa prévia de seu respectivo valor, que deve obrigatoriamente ser juntado ao processo de contratação e ao ato convocatório divulgado (Edital). A estimativa do valor da contratação é um importante fator de subsídio para a escolha da modalidade de licitação e também terá por finalidade verificar a existência de recursos orçamentários suficientes para a contratação e servir de parâmetro objetivo para julgamento das propostas apresentadas.

A pesquisa de preços foi realizada junto a empresas do ramo pertinente ao objeto licitado, tendo como referência os preços correntes no mercado onde será realizada a licitação e apresentou, no quadro 4 abaixo, os seguintes resultados:

Nº ITEM	QTDE A SER REGISTRADA	UNIDADE	PROPOSTA COMERCIAL A	PROPOSTA COMERCIAL B	PROPOSTA COMERCIAL C	PREÇO UNITÁRIO MÉDIO DE MERCADO	VALOR TOTAL
1	115	UN	R\$ 25.950,00	R\$ 26.500,00	R\$ 26.217,00	R\$ 26.222,33	R\$ 3.015.567,95
2	22	UN	R\$ 20.800,00	R\$ 22.000,00	R\$ 21.015,00	R\$ 21.271,66	R\$ 467.976,74
3	20	UN	R\$ 39.490,00	R\$ 40.500,00	R\$ 39.896,00	R\$ 39.962,00	R\$ 799.240,00
4	16	UN	R\$ 23.997,00	R\$ 24.000,00	R\$ 24.244,00	R\$ 24.080,33	R\$ 385.285,28
5	30	UN	R\$ 25.950,00	R\$ 26.000,00	R\$ 25.951,00	R\$ 25.967,00	R\$ 779.010,00
6	30	UN	R\$ 950,00	R\$ 965,00	R\$ 960,00	R\$ 958,33	R\$ 28.749,99
7	30	UN	R\$ 1.000,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.010,00	R\$ 1.086,66	R\$ 32.599,99
8	30	UN	R\$ 1.200,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.212,00	R\$ 1.204,00	R\$ 36.120,00
9	30	UN	R\$ 1.200,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.212,00	R\$ 1.220,66	R\$ 36.619,99
10	30	UN	R\$ 1.200,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.212,00	R\$ 1.220,66	R\$ 36.619,99
11	30	UN	R\$ 1.200,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.212,00	R\$ 1.220,66	R\$ 36.619,99
12	30	UN	R\$ 1.200,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.212,00	R\$ 1.220,66	R\$ 36.619,99
13	30	UN	R\$ 1.200,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.212,00	R\$ 1.220,66	R\$ 36.619,99
14	30	UN	R\$ 1.000,00	R\$ 1.250,00	R\$ 1.010,00	R\$ 1.086,66	R\$ 32.599,99
15	45	UN	R\$ 1.650,00	R\$ 1.700,00	R\$ 1.666,00	R\$ 1.672,00	R\$ 75.240,00
16	50	UN	R\$ 2.209,00	R\$ 2.220,00	R\$ 2.231,00	R\$ 2.220,00	R\$ 111.000,00
17	40	UN	R\$ 1.115,00	R\$ 1.200,00	R\$ 1.125,00	R\$ 1.146,66	R\$ 45.866,66
18	30	UN	R\$ 1.460,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.475,00	R\$ 1.478,33	R\$ 44.349,90
19	30	UN	R\$ 4.900,00	R\$ 5.000,00	R\$ 4.950,00	R\$ 4.950,00	R\$ 148.500,00

20	01	UN	R\$ 23.660,00	R\$ 24.000,00	R\$ 23.900,00	R\$ 23.853,33	R\$ 23.853,33
21	01	UN	R\$ 6.800,00	R\$ 8.000,00	R\$ 6.850,00	R\$ 7.216,67	R\$ 7.216,67
22	05	UN	R\$ 7.720,00	R\$ 7.000,00	R\$ 7.790,00	R\$ 7.503,33	R\$ 37.516,66
23	03	UN	R\$ 741,00	R\$ 1.000,00	R\$ 748,00	R\$ 829,66	R\$ 2.488,99
24	03	UN	R\$ 2.357,00	R\$ 3.000,00	R\$ 2.381,00	R\$ 2.579,33	R\$ 7.737,99
25	20	UN	R\$ 2.327,00	R\$ 2.360,00	R\$ 2.350,00	R\$ 2.345,67	R\$ 46.913,40
26	10	UN	R\$ 40.560,00	R\$ 40.998,00	R\$ 40.980,00	R\$ 40.846,00	R\$ 408.460,00

Quadro 4: Volume a ser Registrado e Preço Máximo Admitido

Com base na pesquisa de preços de mercado e para fins de julgamento das propostas, os preços médios acima descritos constituirão o preço máximo por item.

5. MATERIAIS:

Os quantitativos constantes no Quadro 1 e, poderão ser adquiridos em forma parcelada dentro da vigência de validade da Ata de Registro de Preços, conforme a demanda do consumo, ficando à administração desobrigada a contratar todo o material homologado.

5.1. Descrição e especificação técnica dos serviços e bens

Abaixo apresentamos as especificações detalhadas dos produtos e serviços envolvidos na presente Contratação.

5.1.1. Especificação dos Produtos e Serviços

a) Necessidade de Negócio

ID	NECESSIDADES DE NEGÓCIO
1	Software de desenho auxiliado por computador (ou CAD, do inglês: computer-aided design) para criação, edição e manipulação de desenhos técnicos nas áreas de engenharia, arquitetura, geologia, geografia e outros; em apoio à execução das atividades técnicas finalísticas do órgão.
2	Software de desenho vetorial para design gráfico, criação, edição e manipulação de desenhos técnicos vetoriais; em apoio à execução das atividades técnicas finalísticas do órgão.
3	Software de edição gráfica raster para criação, edição e manipulação de pinturas digitais, ilustrações, e fotografias; em apoio à execução das atividades técnicas finalísticas do órgão.
4	Software de edição gráfica tridimensional para criação, edição e manipulação de imagens em três dimensões; em apoio à execução das atividades técnicas finalísticas do órgão.
5	Ferramenta de BIM (Building Information Modeling) para utilização pelas áreas técnicas finalísticas do órgão; em apoio à criação, edição e manipulação de projetos arquitetônicos.
6	Atualização do parque de softwares específicos já instalados, cujas versões em uso estão desatualizadas em relação às versões correntes no mercado “UPGRADE ATUALIZAÇÃO FROM AUTOCAD REVIT ARC SUITE 2013 NLM”.

7	Existência de suporte técnico que garanta o fornecimento de atualizações contínuas (updates e upgrades) para o parque de softwares específicos licenciados do órgão “SUBSCRIPTION 3 ANOS – Plano de Manutenção incluso atualização de versão “upgrade” automático pelo período de 36 meses.”.
8	Software de produção e manipulação de imagens em apoio à execução das atividades técnicas finalísticas do órgão.
9	Software de conversão de PDF em apoio à execução das atividades técnicas finalísticas do órgão.
10	Pacote de softwares de escritório com aplicativos para produção e manipulação de: textos, planilhas, notas, e apresentações.
11	Software de gestão de projetos em apoio à execução das atividades técnicas finalísticas do órgão.
12	Software de análise de estabilidade em solos em declive para o cálculo do fator de segurança das pistas de terra e rocha.
13	Software para processamento de dados topográficos, cálculos de volumes de terraplenagem, projetos viários e elaboração de notas de serviço.
14	Softwares de avaliação de imóveis em apoio à execução das atividades técnicas finalísticas do órgão.
15	Software para criação e manipulação de estruturas 3D para apoio às fases conceituais do projeto.
16	Software para o cálculo estrutural de concreto armado.

Quadro 5: Necessidade de negócio

b) Requisitos de Negócio

ID. NECESSIDADE	ID. REQUISITOS DE NEGÓCIO	REQUISITOS DE NEGÓCIO	ATOR ENVOLVIDO
1 a 5	RN 1	Provimento de licenças de uso de softwares específicos utilizados em apoio à execução de atividades técnicas finalísticas, de atividades administrativas específicas e de atividades técnicas específicas; conforme quantitativo apresentado em levantamento interno de necessidades.	Áreas Técnicas, Áreas Administrativas e Área Requisitante.
6	RN 2	Provimento de licenças de atualização para o parque já instalado de softwares específicos utilizados em apoio à execução de atividades técnicas finalísticas, de atividades administrativas específicas e de atividades técnicas específicas; conforme quantitativo apresentado em levantamento interno de necessidades.	Áreas Técnicas, Áreas Administrativas e Área Requisitante.
7	RN 3	Provimento de licenças de subscrição para suporte técnico e atualização contínua dos softwares específicos utilizados em apoio à execução de atividades técnicas finalísticas, de atividades administrativas específicas e de atividades técnicas específicas; conforme quantitativo apresentado em levantamento interno de necessidades.	Áreas Técnicas, Áreas Administrativas e Área Requisitante.

Quadro 6: Requisitos de negócio

c) Requisitos Técnicos

ID. REQUISITOS TÉCNICOS	REQUISITOS TÉCNICOS
RT 1	As licenças simultâneas em rede (ou licença networked) devem permitir o uso do software por múltiplos usuários, a partir de um gerenciador de licenças. Devem também permitir a instalação do software em número ilimitado de computadores-clientes, sendo que a restrição será colocada no número de usuários que podem acessar (ou utilizar) o software ao mesmo tempo, ou seja, simultaneamente.
RT 2	As licenças simultâneas em rede devem permitir “empréstimo”, ou uso temporário de uma licença fora do gerenciador em rede para um computador-cliente, permitindo usar o software em um computador que esteja fora da rede por um período pré-determinado retornando a licença automaticamente ao pool de licenças do servidor quando expirar esse período.
RT 3	O serviço de subscrição (subscription program) deve oferecer suporte técnico, atualizações, correções de problemas e gerenciamento de licenças, relacionados aos produtos adquiridos e mantidos.
RT 4	As licenças de subscrição devem garantir o acesso a novas versões dos produtos relacionados, bem como todas as atualizações de segurança e pacotes de correção de problemas, durante o período contratado.
RT 5	As atualizações (upgrades) para as licenças em uso pelo CONTRATANTE devem assegurar o fornecimento da versão mais recente para o respectivo produto.
RT 6	Todas as licenças devem ser totalmente compatíveis ao sistema operacional especificado.
RT 7	Para cada conjunto de novas licenças adquiridas deverá ser fornecida, no mínimo, uma mídia original de instalação do software.

Quadro 7: Requisitos técnicos

d) Requisitos Funcionais

ID. REQUISITOS FUNCIONAIS	REQUISITOS FUNCIONAIS
RF 1	Deverá ser informado ao CONTRATANTE endereço eletrônico de internet do fabricante do respectivo software adquirido onde seja possível realizar download de versões originais do produto, atualizações, pacotes de segurança e área de contato para reportar problemas ou solicitar suporte referente ao produto.
RF 2	Deverá ser informado ao CONTRATANTE mecanismo de controle de disponibilidade e uso das licenças adquiridas, incluindo disponibilização dos números de série de todos os produtos entregues.
RF 3	As mídias e/ou dispositivos seriais adquiridas devem permitir cópia e reprodução pelo CONTRATANTE exclusivamente para distribuição interna com a finalidade de instalar o produto adquirido.
RF 4	As licenças simultâneas em rede devem possuir tantos gerenciadores quantos requeridos pelo CONTRATANTE, com a possibilidade de ampliação e redução do número inicialmente solicitado.

Quadro 8: Requisitos funcionais

e) Requisitos Não Funcionais

ID. REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS	REQUISITOS NÃO FUNCIONAIS
RNF 1	Apenas serão aceitos produtos originais, assim atestados pelo seu fabricante.
RNF 2	A mídia de instalação dos produtos deve ser original, de primeiro uso e adequadamente reservada em embalagem de proteção.
RNF 3	Os produtos fornecidos devem possuir documentação técnica, preferencialmente em idioma Português do Brasil (Pt-BR).
RNF 4	A documentação técnica dos produtos fornecidos deve ser entregue ao CONTRATANTE através de, no mínimo, uma das seguintes opções: a) formato impresso; b) formato eletrônico; e/ou c) disponibilização em meio eletrônico.

Quadro 9: Requisitos não funcionais

f) Dos produtos

Somente serão aceitas licenças na versão mais atualizada e em idioma Português do Brasil (Pt-BR). Caso o software requerido não possua ainda versão em Português (Pt-BR) serão aceitas versões em Inglês.

Juntamente com as licenças de uso, a CONTRATADA entregará ao CONTRATANTE a documentação técnica completa e atualizada dos softwares licenciados, contendo os manuais técnicos, certificados de garantia e autenticidade, guias de instalação, inicialização, operação, adequação, mensagens auxiliares para solução de problemas, diagnósticos, especificações e outros pertinentes, todos redigidos em Português do Brasil (Pt-BR) ou em Inglês (caso inexista versão em Português).

A documentação deverá ser entregue em sua forma original, não sendo aceitas cópias de qualquer tipo. Será permitido à empresa contratada entregar os documentos em meio eletrônico, inclusive em página eletrônica para download.

Caso o licitante vencedor venha a optar por entregar os softwares em mídia física, bem como a sua documentação, esta deverá ser original, com chancela do fabricante. As mídias de gravação dos softwares licenciados e entregues deverão ser novas, de primeiro uso, e estar devidamente acondicionadas em embalagem lacrada e original da empresa fabricante.

g) Do Serviço de Assistência e Garantia.

Oferecer suporte técnico via telefone, fax, e-mail ou presencial, caso necessário, pelo período contratado, disponibilizando o atendimento em dias úteis no horário de 09:00 às 17:00 horas ininterruptamente, no mínimo.

O serviço de suporte técnico deverá garantir o funcionamento, manutenção e fornecimento de novas versões e modificações (updates e upgrades) para os produtos contratados.

Deverá, ainda, ser informada ao CONTRATANTE página na Internet, do fabricante do(s) software(s), onde estejam disponíveis, últimas versões do(s) software(s) e informações

sobre correções e reporte de problemas, sem restrições de acesso público ou via cadastramento de pessoas autorizadas para o acesso. A página deverá conter, ainda, documentação técnica detalhada do(s) software(s) contratado(s).

Brasília – DF, ____ de _____ de 2013.

PAULA MARIA DA C. P. PACHECO MORETTO - Cap

De Acordo:

ROBSON COCINO DA COSTA– Cel
Ordenador de Despesas do DEC

ANEXO II

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS (PAPEL TIMBRADO)

Referência: Edital De Pregão Eletrônico Nr 021/2013-DEC-SRP

SR. PREGOEIRO,

A Empresa _____ sediada à (rua, bairro, cidade, telefone, etc.),
_____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, neste
ato representada por _____, abaixo assinada, propõe ao
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO – DEC, o fornecimento dos
materiais abaixo indicado(s), conforme Termo de Referência do Edital em epígrafe, nas
seguintes condições:

Preços:

Nº ITEM	DESCRIÇÃO	UN	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	AUTODESK BUILDING DESIGN SUITE PREMIUM EM REDE – “FULL LICENÇA NOVA”, versão mais atual. INCLUSO SUBSCRIPTION DE 3 ANOS.	UN	115		
2	AUTODESK BUILDING DESIGN SUITE PREMIUM EM REDE, versão mais atual – “UPGRADE ATUALIZAÇÃO” FROM LICENÇAS AUTODESK EM REDE. INCLUSO SUBSCRIPTION DE 3 ANOS.	UN	22		
3	AUTODESK BUILDING DESIGN SUITE ULTIMATE EM REDE – “FULL LICENÇA NOVA”, versão mais atual. INCLUSO SUBSCRIPTION 3 ANOS	UN	20		
4	AUTODESK BUILDING DESIGN SUITE PREMIUM EM REDE, versão mais atual – “UPGRADE ATUALIZAÇÃO” FROM LICENÇAS AUTODESK STAND ALONE. INCLUSO SUBSCRIPTION DE 3 ANOS.	UN	16		
5	AUTODESK INFRAESTRUCTURE DESIGN SUITE PREMIUM EM REDE – “FULL LICENÇA NOVA”, versão mais atual. INCLUSO SUBSCRIPTION 3 ANOS.	UN	30		
6	TREINAMENTO PRESENCIAL AUTODESK AUTOCAD, NIVEL BÁSICO - VERSÃO MAIS ATUAL, POR PESSOA - CARGA HORARIA: 35 HORAS.	UN	30		

7	TREINAMENTO PRESENCIAL AUTODESK AUTOCAD, NIVEL INTERMEDIÁRIO - VERSÃO MAIS ATUAL, POR PESSOA - CARGA HORARIA: 35 HORAS.	UN	30		
8	TREINAMENTO PRESENCIAL AUTODESK REVIT ARCHITECTURE, NIVEL BÁSICO - VERSÃO MAIS ATUAL, POR PESSOA - CARGA HORARIA: 35 HORAS.	UN	30		
9	TREINAMENTO PRESENCIAL AUTODESK REVIT ARCHITECTURE, NIVEL INTEMEDIÁRIO - VERSÃO MAIS ATUAL, POR PESSOA - CARGA HORARIA: 35 HORAS.	UN	30		
10	TREINAMENTO PRESENCIAL AUTODESK REVIT MEP, NIVEL BÁSICO - VERSÃO MAIS ATUAL, POR PESSOA - CARGA HORARIA: 35 HORAS.	UN	30		
11	TREINAMENTO PRESENCIAL AUTODESK REVIT STRUCTURE, NIVEL BÁSICO - VERSÃO MAIS ATUAL, POR PESSOA - CARGA HORARIA: 35 HORAS.	UN	30		
12	TREINAMENTO PRESENCIAL AUTODESK CIVIL 3D, NIVEL BÁSICO - VERSÃO MAIS ATUAL, POR PESSOA - CARGA HORARIA: 35 HORAS.	UN	30		
13	TREINAMENTO PRESENCIAL AUTODESK CIVIL 3D, NIVEL INTEMEDIÁRIO - VERSÃO MAIS ATUAL, POR PESSOA - CARGA HORARIA: 35 HORAS.	UN	30		
14	TREINAMENTO PRESENCIAL AUTODESK NAVISWORKS, NIVEL BÁSICO - VERSÃO MAIS ATUAL, POR PESSOA - CARGA HORARIA: 35 HORAS.	UN	30		
15	COREL DRAW GRAPHICS SUITE – “FULL LICENÇA NOVA” – LICENÇA GOVERNAMENTAL, versão mais recente. INCLUSO SUBSCRIPTION 2 ANOS.	UN	45		
16	ADOBE PHOTOSHOP – “FULL LICENÇA NOVA” – LICENÇA GOVERNAMENTAL, versão mais recente.	UN	50		
17	ADOBE ACROBAT PRO – “FULL LICENÇA NOVA” – LICENÇA GOVERNAMENTAL, versão mais recente.	UN	40		
18	MICROSOFT OFFICE PROFESSIONAL, versão mais recente.	UN	30		
19	MICROSOFT PROJECT, versão mais recente.	UN	30		
20	SLOPE / W, versão mais recente.	UN	01		
21	RISK 6 SUITE, , versão mais recente	UN	01		
22	TOPOGRAPH, versão mais recente.	UN	05		
23	SISREG, versão mais recente.	UN	03		
24	INFER, versão mais recente.	UN	03		
25	SKETCHUP PRO 2013 ou versão mais recente.	UN	20		
26	CAD/TQS PLENA – versão mais recente.	UN	10		

Valor total da proposta R\$ XXXX.XXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) em algarismos e por extenso.

- a) Nos preços acima estão incluídos todos os insumos que compõem o objeto, inclusive as despesas com impostos, taxas, frete, seguros, garantia estendida e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos materiais;
- b) Prazo de entrega dos materiais: 60 (sessenta) dias corridos a contar do recebimento da nota de empenho;
- c) Garantia de fábrica;
- d) Garantia estendida (quando houver);
- e) A entrega dos materiais será feita no local determinado pelo Departamento de Engenharia e Construção – DEC, sem nenhum ônus para essa Organização Militar;
- f) Prazo de validade da proposta: (deverá ser no mínimo de 60 dias);
- g) Dados bancários: (informar banco, agência e conta corrente);
- h) Declaramos que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus anexos.

Local e data

Nome, Cargo e Identidade do Representante da Empresa

ANEXO III

(PAPEL TIMBRADO)

MODELO DE ATESTADO DE BOA E REGULAR EXECUÇÃO DO OBJETO (CAPACIDADE TÉCNICA)

Referência: Edital De Pregão Eletrônico Nr 21/2013-DEC-SRP

Nos termos do inciso II do Art. 30 da Lei 8.666/93, **ATESTO** que a empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob o Nr _____, situada à _____, **entregou o _____, cumprindo fielmente as condições contratuais e as exigências técnicas de adequação e qualidade.**

Local e data

Nome - Cargo - Idt Nr
ÓRGÃO EMISSOR

ANEXO IV

(PAPEL TIMBRADO)

DECLARAÇÃO DA NÃO EXISTÊNCIA DE EMPREGADOS EM CONDIÇÕES EXCEPCIONAIS

Referência: Edital De Pregão Eletrônico Nr 21/2013-DEC-SRP

A empresa _____, inscrita no CNPJ/MF sob nº _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a) _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, declara, para fins do disposto no inciso "V", art. 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos na condição de aprendiz.

Local e data

Responsável ou Representante legal -Idt nº

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

ANEXO V

(PAPEL TIMBRADO)

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO DA HABILITAÇÃO

Referência: Edital De Pregão Eletrônico Nr 21/2013-DEC-SRP

A empresa _____, inscrita no CNPJ Nº _____, sediada no (a) _____, declara, para os devidos fins do Edital De Pregão Eletrônico Nr ____/2013-DEC-SRP, sob as penas da Lei que até a presente data inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.

Local e data

Diretor ou representante legal - Idt Nº

ANEXO VI

(PAPEL TIMBRADO)

DECLARAÇÃO PARA MICRO E PEQUENA EMPRESA E EPP

Referência: Edital do Pregão Nr 21/2013 – CPL – DEC

Declaro para fins de licitação junto ao Departamento de Engenharia e Construção (DEC) que a empresa _____, CNPJ _____ encontra-se enquadrada no conceito de micro e pequena empresa, conforme disposição da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, de acordo com o documento comprobatório anexo.

Local e data

Diretor ou representante legal - Idt Nº ou CPF



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(Departamento Técnico e de Produção do Exército / 1946)
DEPARTAMENTO REAL CORPO DE ENGENHEIROS**

ANEXO VII

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO DE COMPRA DE MATERIAIS
CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR
INTERMÉDIO DO DEPARTAMENTO DE
ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO E A
.....(empresa).....

OBJETO: AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE
LICENCIAMENTO DE USO DE SOFTWARE,
LICENÇAS NOVAS, ATUALIZAÇÃO DE
LICENÇAS E LICENÇAS DE SUBSCRIÇÃO E
TREINAMENTOS

NATUREZA: OSTENSIVO

VIGÊNCIA: _____

TERMO DE CONTRATO Nr ____ /2013-DEC

A União, pessoa de direito público interno, por intermédio do Departamento de Engenharia e Construção (DEC) do Comando do Exército, inscrito no CNPJ sob o nº 07521315/0001-23, representado neste ato pelo Cel **ROBSON COCINO DA COSTA** - Ordenador de Despesas, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE e a empresa, estabelecida à, inscrita no CNPJ sob o nº, representada neste ato pelo(seu(s) Diretor(es)....., de conformidade com as disposições estatutárias ou do contrato social) (ou pelo seu(s) procurador(es) de conformidade com o instrumento de procuração), Sr, carteira de identidade nº....., CPF nº....., daqui por diante denominada CONTRATADA, tendo em vista o Pregão Eletrônico Nr 021/2013-DEC-SRP, Processo Administrativo nº 133/2013-DEC-SRP, firmam o presente CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SOLUÇÃO DE LICENCIAMENTO E TREINAMENTO DE USO DE SOFTWARES, INCLUINDO AQUISIÇÃO DE LICENÇAS DE USO DE SOFTWARES ESPECÍFICOS NOVAS, LICENÇAS DE ATUALIZAÇÃO DE SOFTWARES ESPECÍFICOS JÁ INSTALADOS, SERVIÇO DE SUPORTE TÉCNICO QUE GARANTA A ATUALIZAÇÃO CONSTANTE DE SOFTWARES ESPECÍFICOS POR PERÍODO

DETERMINADO DE TEMPO (LICENÇAS DE SUBSCRIÇÃO) PARA AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PARQUE DE FERRAMENTAS TECNOLÓGICAS NECESSÁRIAS AO DESEMPENHO DAS ATIVIDADES TÉCNICAS FINALÍSTICAS DO DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO E SUAS ORGANIZAÇÕES MILITARES SUBORDINADAS, o qual será regido pela Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, em sua atual redação, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

- O Objeto deste Contrato é a aquisição e atualização de licenciamento de uso de softwares de engenharia, do Anexo I (Termo de Referência) do Edital Pregão Eletrônico Nr 21/2013-DEC-SRP.

CLÁUSULA SEGUNDA - FORMA DE FORNECIMENTO

- O Objeto deste Contrato deverá ser entregue e instalado de uma só vez, por conta e risco da CONTRATADA, ou, no caso de entrega parcelada, deverá ser apresentado por ocasião da assinatura deste contrato, o cronograma de entrega.

CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇOS

- Os preços unitário e total dos materiais e serviço que constituem o objeto deste Contrato, já incluídas as despesas de frete, impostos, seguro.

QTDE	MATERIAL	PREÇO	
		UNITARIO	TOTAL

CLÁUSULA QUARTA – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

4.1. O pagamento à CONTRATADA será efetuado, num prazo não superior a 30 (trinta) dias, mediante ordem bancária, após o recebimento dos materiais, contra a apresentação dos seguintes documentos:

4.1.1. Nota Fiscal

4.1.2. Termo de Recebimento Definitivo da OM recebedora.

4.2. O pagamento somente será autorizado após a apresentação ao CONTRATANTE de uma via da nota fiscal (ou cópia autenticada), devidamente liquidada e apropriada pelo Órgão Provedor, e do recebimento do Termo de Recebimento Definitivo.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA

- O objeto deste Contrato deverá ser entregue, no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da data de emissão da Nota de Empenho, correndo por conta da CONTRATADA todas as despesas até a respectiva entrega, no endereço constante do item 14.1. Do Edital.

CLÁUSULA SEXTA – CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

6.1. O material entregue será considerada recebida pela CONTRATANTE:

6.1.1. Provisoriamente, mediante Termo de Recebimento Provisório ou recibo na Nota Fiscal pela OM recebedora, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com as especificações e compatibilidades;

6.1.2. Definitivamente, por Comissão designada, mediante Termo de Recebimento Definitivo assinado pelas partes, após a verificação da qualidade e quantidade do material e conseqüente aceitação.

6.2. A CONTRATANTE rejeitará, no todo ou em parte, mediante Termo de Rejeição Total ou Parcial, o que for fornecido em desacordo com este Contrato.

6.2.1. Os materiais rejeitados serão colocadas à disposição da CONTRATADA, que deverá retirá-las, refazê-las ou substituí-las, às suas expensas, entregando as novas no mesmo endereço da Organização Militar que fez a recusa.

CLÁUSULA SÉTIMA – RECURSOS FINANCEIROS

- A despesa com a execução deste Contrato, no valor de R\$.... (...), será atendida por recursos da dotação orçamentária do PJT/ATV....., ND, Fonte, já empenhado o valor de R\$... (...), conforme Nota de Empenho nº

CLÁUSULA OITAVA – GARANTIA TÉCNICA

8.1. O prazo de garantia técnica mínima do Objeto deste Contrato será até _____ (_____), contados da data do seu recebimento definitivo, considerando-se o somatório da garantia de fábrica e da garantia estendida, de acordo com exigência do edital e constante da proposta apresentada pela CONTRATADA. Fica a CONTRATADA obrigada a substituir ou reparar às suas expensas os materiais, peças ou componentes em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da fabricação ou montagem.

8.2. Constatada a falha ou defeito, a CONTRATANTE notificará a CONTRATADA para sanar a deficiência apresentada, no prazo máximo de 30 (trinta) dias.

8.3. Se os defeitos verificados no objeto deste Contrato forem oriundos de negligência ou de uso indevido pela CONTRATANTE, constatada essa condição de comum acordo entre as partes, as despesas decorrentes da substituição ou reparação serão de responsabilidade da CONTRATANTE.

8.4. Oferecer suporte técnico via telefone, fax, e-mail ou presencial, caso necessário, pelo período contratado, disponibilizando o atendimento em dias úteis no horário de 09:00 às 17:00 horas ininterruptamente, no mínimo.

8.5. O serviço de suporte técnico deverá garantir o funcionamento, manutenção e fornecimento de novas versões e modificações (updates e upgrades) para os produtos contratados.

8.6. Deverá, ainda, ser informada ao CONTRATANTE página na Internet, do fabricante do(s) software(s), onde estejam disponíveis, últimas versões do(s) software(s) e informações sobre correções e reporte de problemas, sem restrições de acesso público ou via cadastramento de pessoas autorizadas para o acesso. A página deverá conter, ainda, documentação técnica detalhada do(s) software(s) contratado(s).

CLÁUSULA NONA - GARANTIA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

- A CONTRATADA deverá prestar assistência técnica de modo a garantir o desempenho satisfatório e a segurança operacional dos materiais fornecidos, por pessoal habilitado, sempre que necessário, durante todo o período da garantia.

CLÁUSULA DÉCIMA - CONTINUIDADE NO FORNECIMENTO

- A CONTRATADA obriga-se a assegurar continuidade de fornecimento dos softwares, nos termos dos contratos que com ela venham a ser firmados, durante o período de _____ () meses.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67, § 1º, da Lei nº 8.666/93, a CONTRATANTE designará um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato, anotando em registro próprio todas as ocorrências que porventura existirem e determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

11.2. Da mesma forma, a CONTRATADA deverá indicar um preposto para, se aceito pela CONTRATANTE, representá-la na execução do Contrato.

11.3 Quaisquer exigências da fiscalização, inerentes ao objeto do Contrato, deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE ENTREGA

12.1. Os prazos de entrega poderão ser prorrogados, desde que ocorra um dos seguintes motivos:

12.1.1. Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução deste Contrato;

12.1.2. Aumento das quantidades inicialmente previstas neste Contrato, pelo SRP;

12.1.3. Impedimento de execução deste Contrato por ato ou fato de terceiro reconhecido pela CONTRATANTE em documento contemporâneo a sua ocorrência;

12.1.4. Omissão ou atraso de providências a cargo da Contratante, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste Contrato.

12.2. Verificado algum dos motivos relacionados, a CONTRATANTE poderá conceder a prorrogação necessária, desde que o respectivo pedido seja apresentado pela CONTRATADA, por escrito, devidamente fundamentado, até 10 (dez) dias antes do vencimento do prazo contratual.

12.3. Nos casos previstos nesta Cláusula, os prazos serão prorrogados por período considerado razoável de comum acordo entre as partes, em face das circunstâncias do caso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E PENALIDADES

13.1. Nos termos do art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e art. 28 do Decreto nº 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e será descredenciada do SICAF ou dos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da mesma Lei, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais penalidades legais, a licitante que:

- a. não retirar a Nota de Empenho, quando convocada dentro do prazo de validade de sua proposta;
- b. apresentar documentação falsa;
- c. deixar de entregar os documentos exigidos para o certame;
- d. retardar, falhar ou fraudar a execução da obrigação assumida;
- e. não mantiver a proposta; e
- f. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal.

13.2. Com fundamento nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/93 e no Decreto nº 3.555/2000, a adjudicatária ficará sujeita, no caso de atraso injustificado, assim considerado pela Administração, execução parcial ou inexecução da obrigação, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, assegurada a prévia e ampla defesa, às seguintes penalidades:

- a. advertência;
- b. multa, nas condições estabelecidas neste edital.

13.3. O valor dos juros de mora serão calculados por dia de atraso, contados dia a dia, e aplicados cumulativamente com as multas moratórias e compensatórias, limitada a incidência a 30 (trinta) dias. Após o trigésimo dia e a critério da Administração, poderá ocorrer a não aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença. Para a inexecução total do contrato será aplicada a multa de 60% do valor deste contrato;

13.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pelo licitante, sem justificativa aceita pelo DEC, resguardados os procedimentos legais pertinentes, poderá acarretar:

- I. Multa de 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor

correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso.

- II. Após 30 (trinta) dias de atraso, a critério da contratante, será aplicada a Multa de 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o trigésimo primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, podendo chegar até 30 (trinta) dias de atraso. Findo este novo prazo, a critério da contratante, o contrato poderá ser rescindido unilateralmente, sem eximir a contratada das penalidades previstas neste edital.
- III. Multa de 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste Edital;
- IV. 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega;
- V. Advertência;
- VI. Suspensão do direito de contratar com o Contratante por até 2 (dois) anos;
- VII. Declaração de inidoneidade para licitar com a Administração Pública

13.5. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666/93 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666/93, observada a seguinte ordem:

- I. Mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;
- II. mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e
- III. mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.6. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços de Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente. A contratada terá o prazo de 15 (quinze) dias para apresentar nova garantia contratual.

13.7. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal no Departamento de Engenharia e Construção, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.8. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

- I. O atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II. A execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.9. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, observado o princípio da proporcionalidade.

13.10. A aplicação das sanções previstas não exclui a possibilidade da responsabilidade civil do Contratado por eventuais perdas e danos causados à Administração Pública. Nos casos em que houver perdas e danos para a Administração, poderá incidir multa compensatória em favor da Contratante, nos termos do art. 408 do CCB e seguintes, no valor de 100% (cem por cento) do valor do contrato por inexecução total deste.

13.11. A multa aplicada deverá ser recolhida ao Tesouro Nacional por meio de GRU (Guia de Recolhimento da União), no prazo máximo de 10 (dez) dias corridos, a contar da data do recebimento da notificação enviada pelo Contratante.

13.12. O valor da multa, no caso de não recolhimento, poderá ser descontado dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

13.13. A licitante convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução dos serviços e/ou materiais, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, poderá sofrer sanção de impedimento de licitar com a Administração Pública. Poderá ser descredenciada junto ao SICAF, pelo prazo de 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais, garantido o direito do contraditório e da ampla defesa.

13.14. Decorridos 60 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da Administração em admitir atraso superior a 60 (sessenta) dias. Neste caso, o atraso não poderá ultrapassar de 15 (quinze) dias corridos, cujo valor da multa diária será igual à multa prevista no nº II do subitem 13.4 deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - RESCISÃO

14.1. Este contrato poderá ser rescindido se ocorrer um dos casos previstos no art. 78 da Lei 8666/93, que de alguma forma comprometa ou torne duvidoso o cumprimento das obrigações assumidas.

14.2. No caso de rescisão administrativa, a CONTRATANTE poderá executar a garantia de execução para ressarcimento dos valores de multa e indenização a ela devidos e reter os créditos decorrentes deste Contrato até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções da lei.

14.3. A contratada reconhece os direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no Art. 57 da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES

15.1. Da CONTRATADA:

15.1.2. Executar os serviços conforme especificado no Termo de Referência, Anexo I a este Contrato;

15.1.3. Prestar os esclarecimentos solicitados pelo Contratante;

15.1.4. Guardar sigilo sobre as informações a que tiver acesso em razão dos serviços prestados, respondendo pela inobservância deste item, inclusive após o término do contrato;

15.1.5. Providenciar a assinatura do Termo de Confidencialidade e Sigilo pelos técnicos da Contratada;

15.1.6. Manter durante a vigência contratual as condições de habilitação exigidas neste Contrato;

- 15.1.7. Dar ciência ao Contratante, por escrito, de qualquer anormalidade que verificar na execução dos serviços;
- 15.1.8. Corrigir, sem ônus para o Contratante, os defeitos, omissões ou quaisquer irregularidades dos serviços executados, ainda que identificados após o ateste dos serviços pelo Contratante;
- 15.1.9. Apresentar a relação dos funcionários que irão prestar os serviços para a execução contratual perante o contratante, entre eles um responsável técnico e o preposto, estas duas funções poderão ser acumuladas;
- 15.1.10. Responder pelas despesas relativas a encargos trabalhistas, seguro de acidentes, impostos, contribuições previdenciárias, deslocamentos de técnicos, postagem de software e quaisquer outras despesas que forem devidas e referentes aos serviços executados por seus funcionários, visto que os mesmos não possuem nenhum vínculo empregatício com o Contratante;
- 15.1.12. Prestar suporte “on site”, caso o chamado não possa ser resolvido por meio eletrônico;
- 15.1.13. Fornecer documentação técnica detalhada sobre as atualizações do produto;
- 15.1.14. Prestar informações e orientações necessárias à utilização e ao perfeito funcionamento dos softwares e hardwares instalados;
- 15.1.15. Refazer serviços quando apresentarem padrões de qualidade inferiores aos definidos neste Contrato, sem ônus adicionais para o Contratante, nos prazos estabelecidos em contrato, contados a partir da notificação;
- 15.1.16. Prestar os serviços conforme a quantidade, a qualidade e a pontualidade exigidas neste Contrato;
- 15.1.17. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, os serviços contratados;
- 15.1.18. Enquanto durar o contrato, a contratada terá que disponibilizar atendimento para abertura de chamados de assistência técnica através de discagem direta local para o município de Brasília/DF, 24 horas e 7 dias por semana, ou disponibilizar um serviço de chamada gratuita para chamadas interurbanas, caso a Contratada não disponha de instalação no município de Brasília/DF;
- 15.1.19. Comprovar a especialização e certificação dos técnicos envolvidos na instalação, com certificados emitidos pelo fabricante da solução ou por entidades credenciadas pelos fabricantes dos equipamentos e/ou softwares propostos;
- 15.1.20. Possuir atestados de capacidade técnica, em seu nome emitido por Pessoa Jurídica de Direito Público ou Privado, comprovando que realizou serviços de instalação e manutenção de hardware do equipamento ofertado;
- 15.1.21. Comprovar que existe em seu quadro de funcionários, na data da assinatura do contrato, profissional detentor de certificado emitido pelo fabricante da ferramenta ofertada, ou por entidades credenciadas pelos fabricantes (sejam hardwares ou softwares);
- 15.1.22. Enquanto durar o contrato, atender ao pedido de assistência técnica no local dos sistemas e equipamentos instalados na sede do Contratante, 24 (vinte quatro) horas por dia, 7 (sete) dias por semana e dar encaminhamento ao problema em até 24 (vinte e quatro) horas do dia seguinte ao da abertura do chamado;
- 15.1.23. Atender ao pedido de assistência técnica por telefone, fax ou e-mail dos sistemas e equipamentos instalados nas cidades de Brasília durante todo o período de garantia, nos dias úteis (segunda a sexta-feira), no horário comercial (8 às 18 horas) e dar encaminhamento ao problema em até 24 (vinte e quatro) horas do dia seguinte ao da abertura do chamado;
- 15.1.15. Providenciar, durante o período de vigência de contrato e suas possíveis renovações, atualização e “upgrade” de versão, bem como, patches corretivos para todos os sistemas fornecidos;
- 15.1.25. Fornecer senha de acesso ao site do fabricante do software, com permissão para o Contratante efetuar download de novas versões e patches.

15.1.26. Indenizar às suas expensas, quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do cumprimento do presente Contrato;

15.2. Da CONTRATANTE:

15.2.1. Efetuar o pagamento do objeto deste contrato nas condições estabelecidas por este instrumento e, após a conferência realizada pela equipe de fiscalização do Contratante, bem como realizar a retenção dos tributos e impostos, em conformidade com a legislação pertinente;

15.2.2. Efetuar as requisições, de conformidade com a discriminação constante deste Contrato;

15.2.3. Proporcionar condições necessárias ao fornecimento dos produtos solicitados;

15.2.4. Prestar informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada com relação ao objeto desta licitação;

15.2.5. Fiscalizar e acompanhar a execução e a entrega do objeto desta licitação; e

15.2.6. Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – COMUNICAÇÃO

- Qualquer notificação, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar uma à outra, em virtude deste Contrato, será feita por escrito e considerar-se-á efetuada no momento em que o documento for entregue ao destinatário nos endereços a seguir indicados:

CONTRATANTE: COMANDO DO EXÉRCITO

DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

QGEEx - Bloco “B” – 3º PISO - SMU

Brasília –DF

CEP: 70630-901

CONTRATADA: _____

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

- Qualquer alteração neste Contrato será feita por Termo Aditivo e obedecerá as mesmas formalidades deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

- A CONTRATADA obriga-se a manter, durante toda a execução deste Contrato, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

- O presente Contrato não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA VIGÉSIMA – ANEXOS

- Constituem anexos deste Contrato, dele fazendo parte integrante:

20.1. A proposta da CONTRATADA, de ____ de ____ de ____

20.2. Especificações Técnicas;

20.3. Notas de Empenho 2012NE _____ de ____ de _____

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA PUBLICIDADE

- O DEC fará publicar no DOU o extrato do presente contrato, de acordo com o § único do Art. 61 da Lei 8666/93 e Art. 13 da IN Nr 08, de 04 Dez 98-MARE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

22.1 O prazo de vigência do presente contrato será a contar de sua assinatura até 12 meses (prazo de entrega somado ao prazo de garantia de fábrica somado ao prazo de garantia estendida) e eficácia na data da publicação no DOU.

22.2 O prazo de vigência supra rende-se aos aspectos de vigência das garantias.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA COMPROVAÇÃO DA ORIGEM DOS BENS IMPORTADOS OFERECIDOS

- Deverá ser comprovado a origem dos bens importados oferecidos e da quitação dos tributos de importação a eles referentes, que deve ser apresentada no momento da entrega do objeto, sob pena de rescisão contratual e multa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DAS FERRAMENTAS DE MEDIÇÃO

- O Departamento de Engenharia e Construção por intermédio da Assessoria Especial de Tecnologia e Informação (AETI), utilizará as ferramentas de medição para aferir o desempenho dos bens ofertados, quando for o caso.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – FORO

- As questões decorrentes da execução deste Edital, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Brasília/DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

E, por estarem justos e contratados, preparam este instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor, para um só efeito, que depois de lido e achado conforme será assinado pelas partes contratantes e duas testemunhas, para que produza os efeitos legais, comprometendo-se as partes contratantes a cumprir o presente **Contrato** em todas as suas cláusulas.

Local e data

<hr/>	<hr/>
CPF: Ordenador de Despesas do DEC	CPF: Representante da empresa _____
<hr/>	<hr/>
CPF: 1ª Testemunha	CPF: 2ª Testemunha



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(Departamento Técnico e de Produção do Exército / 1946)
DEPARTAMENTO REAL CORPO DE ENGENHEIROS**

ANEXO VIII

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 21/2013-DEC-SRP

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 133/2013 – DEC - SRP

VALIDADE: 12 (DOZE) MESES

Aos ____ de _____ de _____, no DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO (DEC) – Órgão de Direção Setorial do Comando do Exército, localizado no Quartel General do Exército – Bl “B” – 3º piso, nesta Capital Federal, o pregoeiro, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, publicada no D. O. de 18 de julho de 2002, e os Decretos nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, publicado no D.O. de 09 de agosto de 2000, 4.342, de 23 de agosto de 2002, publicado no D.O. de 26 de agosto de 2002, 3.931, de 19 de setembro de 2001, 5.450 de 31 de maio de 2005, e 3.784, de 06 de abril de 2001, publicado no D.O. de 09 de abril de 2001, em decorrência da aceitação, habilitação, adjudicação e homologação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico para Registro de Preços nº 21/2013-DEC-SRP - processo administrativo nº 133/2013-DEC-SRP** e do Aviso de Julgamento de Preços e Ato de Homologação da Ordenador de Despesas do DEC, publicada no Diário Oficial da União do dia ____ de _____ de 2013, **RESOLVE** registrar o(s) preço(s) do(s) **item(ns) descritos na cláusula primeira**, para a empresa _____, CNPJ _____.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

Registro de Preços para aquisição de material de Informática para o DEC do(s) item (ns) Nr _____, _____ (especificar o objeto

de acordo com o anexo I do edital), conforme as condições e as especificações técnicas constantes do Termo de Referência – anexo _____ do edital, no valor unitário de R\$ _____, de acordo com o encarte anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir de ____ de _____ de 2013 a ____ de _____ de.

2.2. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o DEC não será obrigado a adquirir o material referido na Cláusula Primeira exclusivamente pelo Sistema de Registro de Preços, podendo fazê-lo através de outra licitação quando julgar conveniente, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie à empresa detentora ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. Serão usuários do Registro de Preços os órgãos vinculados ao Comando do Exército e outros que o solicitarem.

3.2. O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o especificado na cláusula primeira e aquele constante nos registros eletrônicos do pregão.

3.3. Para cada material de que trata esta Ata, serão observadas, quanto ao preço, às cláusulas e condições constantes do Edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº. 021/2013, que o precedeu e integra o presente instrumento de compromisso, bem como a proposta apresentada pela empresa.

CLÁUSULA QUARTA - DO LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

4.1. O recebimento, o local e o prazo de entrega dos bens deverão ocorrer de acordo com o Edital. Os materiais e a instalação, configuração, treinamento e operação deverão ocorrer no Departamento de Engenharia e Construção, sito a Avenida do Exército – QG Ex – Bloco “B” – 3º Piso – Brasília-DF.

4.2. A empresa deverá comunicar ao DEC, com 72 horas de antecedência, a data e o horário previsto para a entrega dos materiais, que só poderá ocorrer no período compreendido entre 09:00h e 11:00h e 13:30h e 16:00h, de Segunda a Quinta -feira e de 08:00h e 11:00h de Sexta-feira.

CLÁUSULA QUINTA - DO PAGAMENTO

5.1. O pagamento será efetuado em uma única parcela mediante apresentação da Nota Fiscal, discriminada de acordo com a Nota de Empenho. Observados o recebimento provisório e definitivo, a Nota Fiscal, emitida pela empresa e entregue no Almoxarifado do

DEC com discriminação dos bens, após atestada, será encaminhada ao Setor Financeiro para liquidação e pagamento.

5.2. O pagamento será creditado em favor do FORNECEDOR por meio de ordem bancária. Para isso deverá ser indicada na Nota Fiscal o nome do Banco, agência, localidade e número da conta corrente em que deverá ser efetivado o crédito. Será procedida consulta “ON LINE” junto ao SICAF antes de cada pagamento para verificação da situação do fornecedor, relativamente às condições exigidas na contratação, cujos resultados serão impressos e juntados aos autos do processo próprio.

5.3. Caso haja aplicação de multa, o valor será descontado de qualquer fatura ou crédito existente junto ao DEC. Caso o mesmo seja superior ao crédito eventualmente existente, a diferença será cobrada administrativamente ou judicialmente, se necessário.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

A entrega do produto só estará caracterizada após a liquidação da despesa pelo DEC. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência desta Ata, mesmo que a entrega dos itens estiverem prevista para data posterior à expiração da ATA.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

A Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada pela Administração:

a) Automaticamente:

- 1) por decurso de prazo de vigência;
- 2) quando não restarem fornecedores registrados;
- 3) pelo DEC, quando caracterizado o interesse público.

b) A pedido, quando:

1) o fornecedor comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências da Ata, por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior;

2) o seu preço registrado se tornar, comprovadamente, inexequível em função da elevação dos preços de mercado e dos insumos que compõem o custo dos materiais. A solicitação dos fornecedores para cancelamento dos preços registrados deverá ser formulada com a antecedência de 30(trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas na Cláusula Sétima, caso não aceitas as razões do pedido.

c) Por iniciativa do DEC, quando:

1) o fornecedor não aceitar reduzir o preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

- 2) o fornecedor perder qualquer condição de habilitação ou qualificação técnica exigida no processo licitatório;
- 3) o fornecedor não cumprir as obrigações decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- 4) o fornecedor não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido, os pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços;
- 5) caracterizada qualquer hipótese de inexecução total ou parcial das condições estabelecidas nesta Ata de Registro de Preço ou nos pedidos dela decorrentes.

CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES

8.1. DA CONTRATADA

8.1.1. Executar o objeto, descrito, nas condições de sua proposta e de acordo com as especificações constantes do Edital que deu origem ao presente instrumento. O serviço objeto desta licitação será recebido obedecida à adequação e as características técnicas exigidas no termo de referência do edital;

8.1.2. Indenizar às suas expensas, quaisquer danos causados a terceiros em decorrência do cumprimento do presente edital;

8.1.3. Assumir todos os encargos trabalhistas, previdenciários, securitários, fiscais, tributários e quaisquer outros resultantes da execução deste Contrato, os quais já estão incluídos no custo total, ficando a Contratante isenta do pagamento de quaisquer obrigações decorrentes da execução deste instrumento contratual;

8.1.4. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, que serão confirmadas pela Contratante por meio de consulta “on line” no SICAF.

8.2. DA CONTRATANTE

8.2.1. Efetuar o pagamento do objeto deste contrato nas condições estabelecidas por este instrumento e no Edital de licitação anexo a este Instrumento, após a conferência realizada pelo Fiscal Administrativo do DEC e realizar a retenção dos tributos, em conformidade com a legislação pertinente.

8.2.2. Efetuar as aquisições, de conformidade com a discriminação constante deste edital.

8.2.3. Proporcionar todas as facilidades necessárias ao fornecimento dos produtos solicitados.

8.2.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela licitante vencedora com relação ao objeto desta licitação.

8.2.5. Fiscalizar e acompanhar a execução e entrega do objeto desta licitação.

8.2.6. Comunicar à licitante toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

CLÁUSULA NONA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. Integram esta ATA o edital do PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS Nº 021/2013-DEC e a proposta da empresa: _____, apresentada no certame mencionado.

9.2. Os casos omissos serão resolvidos com observância das disposições constantes da Lei 8.666/93 e dos Decretos nº 3.555/2000, 3.931/2001, 3.784/2001, 4.342/2002 e 5.450/2005.

9.3. As questões decorrentes da utilização da presente ATA, que não puderem ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal no foro da cidade de Brasília – DF, Seção Judiciária do Distrito Federal, com exclusão de qualquer outro.

Local e data

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

Ordenador de Despesas do Departamento de Engenharia e Construção

Pregoeiro

XXXXXXX

Representante da Empresa

ANEXO IX

(PAPEL TIMBRADO)

MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO (INDEPENDENTE DE PROPOSTA)

(Identificação da Licitante)

(Identificação completa do representante da licitante) como representante devidamente constituído de (identificação completa da licitante ou do consorcio) doravante denominada (licitante/consórcio) para fins do disposto no item (completar) do Edital (Edital De Pregão Eletrônico Nr 21/2013-DEC-SRP), declara sob as penas da Lei, em especial o Art. 299 do Código Penal Brasileiro que:

- (a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação), foi elaborada de maneira independente (pelo licitante/consórcio) e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato (identificação da licitante), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- (c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;
- (d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será no todo ou parte direta ou indiretamente comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitante) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- (e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte direta ou indiretamente informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e
- (f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

Local e data

(Representante legal do licitante/consórcio, no âmbito
da licitação, com identificação completa)

ANEXO X

(PAPEL TIMBRADO)

DECLARAÇÃO DE PREFERÊNCIA DE CONTRATAÇÃO

Referência: Edital do Pregão Nr 021/2013 – CPL – DEC

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE DA LICITANTE),
COMO REPRESENTANTE DEVIDADEMENTE CONSTITUÍDO DE**(IDENTIFICAÇÃO
COMPLETA DA LICITANTE OU DO CONSÓRCIO)** DORAVANTE DENOMINADO
(LICITANTE/CONSÓRCIO), PARA FINS DO DISPOSTO NO ITEM **(COMPLETAR)**
DO EDITAL **(COMPLETAR COM IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL)**, DECLARA, SOB
AS PENAS DA LEI, EM ESPECIAL O ART. 299 DO CÓDIGO PENAL BRASILEIRO,
QUE:

POSSUO A CERTIFICAÇÃO DE TECNOLOGIA DESENVOLVIDA NO PAÍS,
NOS TERMOS DA LEI Nº 8.248, DE 23 DE OUTUBRO DE 1991 E DOS DECRETOS Nº
5.906, DE 26 DE SETEMBRO DE 2006, OU PELO DECRETO Nº 6.008, DE 29 DE
DEZEMBRO DE 2006;

POSSUO A CERTIFICAÇÃO DE PROCESSO PRODUTIVO BÁSICO, NOS
TERMOS DA LEI Nº 8.248, DE 23 DE OUTUBRO DE 1991 E DOS DECRETOS Nº 5.906,
DE 26 DE SETEMBRO DE 2006, OU PELO DECRETO Nº 6.008, DE 29 DE DEZEMBRO
DE 2006;

AINDA, DECLARA, QUE ESTÁ PLENAMENTE CIENTE DO TEOR E DA
EXTENSÃO DESTA DECLARAÇÃO E QUE DETÉM PLENOS PODERES E
INFORMAÇÕES PARA FIRMÁ-LA.

Local e data

(NOME COMPLETO)

(REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE/CONSÓRCIO, NO
ÂMBITO DO PREGÃO ELETRÔNICO ____/2013-DEC-SRP)

CPF:

RG:



**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
DEPARTAMENTO DE ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO
(Departamento Técnico e de Produção do Exército / 1946)
DEPARTAMENTO REAL CORPO DE ENGENHEIROS**

ANEXO XI

(PAPEL TIMBRADO)

**MODELO DO TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DE SIGILO
(PARA A EMPRESA CONTRATADA)**

Referência: Edital do Pregão Nr 021/2013 – CPL – DEC

A Empresa _____ (Nome da Empresa), inscrita no CNPJ sob o nºxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, abaixo firmado, assume o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações técnicas e outras relacionadas ao contrato nº _____, celebrado para **aquisição de solução de licenciamento e treinamento de uso de softwares, incluindo aquisição de licenças de uso de softwares específicos novas, licenças de atualização de softwares específicos já instalados, serviço de suporte técnico que garanta a atualização constante de softwares específicos por período determinado de tempo (licenças de subscrição) para ampliação e manutenção do parque de ferramentas tecnológicas necessárias ao desempenho das atividades técnicas finalísticas do Departamento de Engenharia e Construção e suas Organizações Militares Subordinadas**, Organização Militar do Exército Brasileiro, inscrito no CNPJ nº 07.521.315/0001-23, torna público que terá acesso as instalações da Contratante para cumprir o objeto contratado e que por meio deste termo de confidencialidade de sigilo compromete-se a:

1. A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
2. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;

3. A não apropriar-se para si ou para outrem de material confidencial e/ou sigiloso da tecnologia que venha a ser disponível ou implantada;

4. A não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e / ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

Neste Termo, as seguintes expressões serão assim definidas:

Informação Confidencial significará toda informação revelada através da apresentação da tecnologia, a respeito de, ou, associada com a Avaliação, sob a forma escrita, verbal ou por quaisquer outros meios.

Informação Confidencial inclui, mas não se limita, à informação relativa às operações, processos, planos ou intenções, informações sobre produção, instalações, equipamentos, segredos de negócio, segredo de fornecedores, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, amostras, diagramas, desenhos técnicos e/ou projetos, patentes, oportunidades de mercado e questões relativas a negócios revelados da tecnologia supra mencionada.

Avaliação significará todas e quaisquer discussões, conversações ou negociações entre, ou com as partes, de alguma forma relacionada ou associada com a implantação da solução contratada.

A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida neste termo, terá a validade enquanto a informação não for tornada de conhecimento público pela contratante, ou mediante autorização escrita, concedida à empresa pelas partes interessadas neste termo.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

Local e data

(NOME COMPLETO)

(REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE/CONSÓRCIO, NO
ÂMBITO DO PREGÃO ELETRÔNICO 021/2013-DEC-SRP)

CPF:

RG:

ANEXO XII

(PAPEL TIMBRADO)

MODELO DO TERMO DE CONFIDENCIALIDADE DE SIGILO (PARA OS FUNCIONÁRIOS DA EMPRESA CONTRATADA)

Referência: Edital do Pregão Nr 021/2013 – CPL – DEC

Eu _____ (Nome do Funcionário), Identidade nº _____, CPF nº _____ matrícula nº _____ (ou nº do contrato de trabalho), funcionário da Empresa _____ (Nome da Empresa), **inscrita no CNPJ sob o nº 00000**, abaixo firmado, assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações técnicas e outras relacionadas ao contrato nº _____, celebrado para **aquisição de solução de licenciamento e treinamento de uso de softwares, incluindo aquisição de licenças de uso de softwares específicos novas, licenças de atualização de softwares específicos já instalados, serviço de suporte técnico que garanta a atualização constante de softwares específicos por período determinado de tempo (licenças de subscrição) para ampliação e manutenção do parque de ferramentas tecnológicas necessárias ao desempenho das atividades técnicas finalísticas do Departamento de Engenharia e Construção e suas Organizações Militares Subordinadas**, Organização Militar do Exército Brasileiro, inscrito no CNPJ nº 07.521.315/0001-23, torno público que terei acesso as instalações da Contratante para cumprir o objeto contratado e que por meio deste termo de confidencialidade de sigilo comprometo-me a:

1. A não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para o uso de terceiros;
2. A não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso;
3. A não apropriar-se para si ou para outrem de material confidencial e/ou sigiloso da tecnologia que venha a ser disponível ou implantada;
4. A não repassar o conhecimento das informações confidenciais, responsabilizando-se por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações, por seu intermédio, e obrigando-se, assim, a ressarcir a ocorrência de qualquer dano e / ou prejuízo oriundo de uma eventual quebra de sigilo das informações fornecidas.

Neste Termo, as seguintes expressões serão assim definidas:

Informação Confidencial significará toda informação revelada através da apresentação da tecnologia, a respeito de, ou, associada com a Avaliação, sob a forma escrita, verbal ou por quaisquer outros meios.

Informação Confidencial inclui, mas não se limita, à informação relativa às operações, processos, planos ou intenções, informações sobre produção, instalações, equipamentos, segredos de negócio, segredo de fornecedores, dados, habilidades especializadas, projetos, métodos e metodologia, fluxogramas, especializações, componentes, fórmulas, produtos, amostras, diagramas, desenhos técnicos e/ou projetos, patentes, oportunidades de mercado e questões relativas a negócios revelados da tecnologia supra mencionada.

Avaliação significará todas e quaisquer discussões, conversações ou negociações entre, ou com as partes, de alguma forma relacionada ou associada com a implantação da solução contratada.

A vigência da obrigação de confidencialidade e sigilo, assumida neste termo, terá a validade enquanto a informação não for tornada de conhecimento público pela contratante, ou mediante autorização escrita, concedida à empresa pelas partes interessadas neste termo.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade e Sigilo, fica o abaixo assinado ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

Local e data

(NOME COMPLETO DO FUNCIONÁRIO)
(REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE/ NO AMBITO DO CONTRATO
Nº _____ REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO 021/2013-DEC-SRP)
CPF:
RG:

(NOME COMPLETO)
(REPRESENTANTE LEGAL DO LICITANTE/ NO AMBITO DO CONTRATO
Nº _____ REFERENTE AO PREGÃO ELETRÔNICO 021/2013-DEC-SRP)
CPF:
RG